



# Anais da Assembléia

N.º 64

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1985

ANO XI

## 3. SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 56.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1985.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acyr Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ayrton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o senhor Deputado Artagão Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM 109/85

Curitiba, 17 de junho de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio de

Cooperação Técnica e Financeira n.º 220/83, celebrado em 13 de junho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Guarapuava, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento das Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 110/85

Curitiba, 17 de junho de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 1.º e seu parágrafo único, da Lei n.º 7.736, de 07 de outubro de 1983, que versa sobre autorização a fim de que o Poder Executivo possa permutar imóvel de propriedade do Estado, por área de propriedade do Senhor Frederico Graciete, visando regularizar a construção, pela Empresa de Obras Pública do Paraná - EMO-PAR, do prédio destinado às instalações da Agência Estadual de Rendas do Município de Iguaçu.

O Plano de lei ora submetido a exame dessa Augusta Casa de Leis, consulta aos superiores interesses da Administração, tendo em vista que a pretendida nova redação da citada Lei n.º 7.736/83, faz-se necessária no sentido de melhor definir a área a ser incorporada ao patrimônio do Estado, por decorrência da permuta em causa, e, assim compatibilizar a parcela de solo realmente utilizada na execução do projeto de construção do já referido prédio.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art.1.º - O art.1.º e seu parágrafo único, da Lei n.º 7736, de 07 de outubro de 1983, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a data de terras n.º 07, da quadra n.º 18, com 437,50 m<sup>2</sup>, objeto da Matrícula n.º 2.746, do Cartório do 2.º Ofício de Registro de Imóveis de Astorga, situada na cidade de Iguaraçu, por uma área de terras com 474,58 m<sup>2</sup>, de propriedade do Senhor Frederico Gracite, constituída de parte da data n.º 01, parte da data n.º 02 e parte da data n.º 03, da quadra n.º 21, da mesma cidade, que constituem objeto das Matrículas n.ºs 1.491 e 1.493, do Cartório de Registro de Imóveis antes referido.

Parágrafo único - A diferença de valores dos imóveis a serem permutados deverá ser fixada mediante avaliação, por ocasião da lavratura da respectiva escritura pública."

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 111/85

Curitiba, 17 de junho de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a desistir da Ação de Execução de Perdas e Danos, bem como dos respectivos honorários advocatícios, que move o Estado do Paraná contra o município de Ponta Grossa, nos Autos n.º 025/79-2.ª Vara Cível da Comarca. Visa, ainda, autorizar o Poder Executivo a transferir, gratuitamente, à Universidade Estadual de Ponta Grossa, os direitos possessórios que detém sobre o terreno situado no lugar denominado Uvaranas, do município de Ponta Grossa.

A área cuja cessão de direitos possessórios é pretendida pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, foi objeto de Ação de Manutenção de Posse, cumulada com Perdas e Danos, proposta pelo Estado do Paraná, contra o município de Ponta Grossa, que foi julgada procedente, com a respectiva decisão confirmada pelo Egrégio Tribunal de Alçada, conforme Acórdão n.º 15.231, da 2.ª Câmara Cível. A lide encontra-se em fase de execução de sentença para ressarcimento de danos em decorrência de demolições feitas no referido imóvel.

Ocorre que tanto o Estado como o Município têm interesse em pôr termo à demanda judicial e ambos estão dispostos à

concessões para que tal objetivo seja alcançado com brevidade. Assim é que, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 3-723, de 12 de abril de 1985, o município de Ponta Grossa reconhece o direito do Estado sobre as benfeitorias por ele construídas no terreno, a título de compensação pela demolição praticada pela Prefeitura em próprio do Estado. O Estado do Paraná, por sua vez, renunciaria aos honorários advocatícios a que tem direito em razão da sucumbência da citada ação contra o referido Município. Essas concessões mútuas são sugeridas em Parecer sob n.º 170/83, da Procuradoria Geral do Estado, com o que se conclui pela viabilidade e conveniência da medida ora proposta a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 112/85

Curitiba, 17 de junho de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênio e Termos Aditivos celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, com as partes, datas e objetivos, conforme abaixo se menciona:

I - com o município de Colombo, Convênio datado de 30 de abril de 1985, objetivando a realização da Festa da Uva e o 3.º Feirão de Hortaliças da região;

II - com o Ministério da Agricultura, oitavo Termo Aditivo datado de 9 de abril de 1985, ao Convênio celebrado em 4 de fevereiro de 1980, objetivando dar continuidade às atividades de erradicação do Cancro Cítrico; e

III - com o Ministério da Agricultura, 1.º Termo Aditivo datado de 9 de abril de 1985, ao Convênio celebrado em 30 de julho de 1984, objetivando dar continuidade às atividades de combate e erradicação da febre Aftosa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL N.º 102/85.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, PROMULGA a seguinte EMENDA à Constituição do Estado:

Artigo 1.º: Fica acrescido ao § 2.º d art. 42 da Constituição do Estado do Paraná, o seguinte:

"Se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, 30 dias após a proclamação do resultado, somente concorrendo os dois candidatos mais votados, podendo se dar a eleição por maioria simples."

Artigo 2.º: O § 1.º do art. 106 da Constituição do Estado do Paraná passa a ter a seguinte redação:

"§ 1.º: O Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores serão eleitos por sufrágio universal e voto direto e secreto, com mandato de quatro anos. Se nenhum dos candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito obtiver a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, 30 dias após a proclamação do resultado, somente concorrendo os dois candidatos mais votados, podendo se dar a eleição por maioria simples."

Artigo 3.º: Ficam revogados o inciso XX do art. 47, e o art. 108, com seus incisos e parágrafo, da Constituição do Estado do Paraná.

Artigo 4.º: O inciso IX do art. 22 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Aprovar, previamente, por votação secreta, a indicação dos Conselheiros do Tribunal de Contas."

Sala das Sessões, em 26.06.85.

(a) Márcio Almeida.

Apoiamento: Roberto Requião, Paulo Furiatti, Djalma de Almeida César, Tadeu França, Orlando Pessuti, Anibal KKhury, Mário Pereira, Adhail Sprenger Passos, Edmar Luiz Costa, Tadeu Lúcio Machado, Acyr Mezzadri, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Gernote Kirinus, Eduardo Baggio, Sabino Campos, Homero Oguido, Rubens Bueno, Trajano Bastos e Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

As democracias modernas já consagraram o princípio da maioria absoluta, na eleição para cargos executivos, como o que mais confere legitimidade e representatividade ao eleito.

A Nova República adotou tal princípio para a eleição do Presidente da República, razão pela qual entendemos que cabe aos Estados estendê-los às eleições para Governadores e Prefeitos, com seus

respectivos Vices.

É importante salientar também que a eleição em dois turnos fortalece decisivamente o verdadeiro pluripartidarismo, na medida em que possibilita a todos os Partidos participarem do processo eleitoral em igualdade de condições.

DA ELEIÇÃO DE GOVERNADORES E PREFEITOS

A Emenda Constitucional n.º 25 ao dispor sobre a eleição do Presidente da República em dois (caso não seja obtida, logo na primeira votação, a maioria absoluta de votos em favor de um candidato), alterou, nesse mesmo sentido, as normas vigentes para eleição de Governadores e Prefeitos.

Embora adotando o País a estrutura federativa, o que faria supor uma grande autonomia de Estados e Municípios, fato é que estão eles submetidos, em diversas matérias, aos princípios que a Constituição Federal estabelece para a União. No que diz respeito à forma de investidura nos cargos eletivos, em decorrência de determinação expressa do Texto Constitucional que, em seu artigo 13, II, dispõe:

"Art. 13- Os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:

II- a forma de investidura nos cargos eletivos".

Com a relação aos Municípios estende-se também a eleg o disposto na Emenda Constitucional n.º 25. Não possuem eles uma Constituição própria sendo regulados por Leis Orgânicas editadas pelos Estados. É curial que estes não podem, ao disporem para o Município, fazer uso de outros princípios diferentes daqueles a que eles próprios estão sujeitos.

Outro não tem sido, de resto, o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, por diversas vezes, tem se manifestado no sentido de que deve haver simetria entre o previsto na Constituição Federal para a União e o prevalecente para os Estados e Municípios em tudo que diz respeito à composição e o relacionamento dos Poderes do Estado.

Não vem ao caso invocar-se o § 2.º, do art. 13, que disporia sobre a modalidade de eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, nada dispondo aí, sobre a eleição de dois turnos. Na verdade, este dispositivo disciplina, não há negar-se, a forma de eleição do chefe do Executivo Estadual, mas o que é importante notar, nada estatui sobre o

escrutínio em dois turnos. Ora, em sendo assim, omitindo-se o artigo, nada impede de que se dê obediência ao princípio maior que é o da extensão aos Estados na forma de investidura nos cargos eletivos.

Essa modalidade só poderia ser excepcionada mediante expressa determinação constitucional. Como não existe expressa referência no § 2.º, do art. 13 sobre a exclusão da modalidade em dois turnos ou sobre a imposição da forma de um único turno, nada impede que se dê aplicação ao inciso II do Artigo 13. É esta a boa regra de hermenêutica. A aplicação tanto quanto possível ampla de dispositivos que, aparentemente, se antagonizam.

Consultando-se a doutrina, vê-se que não é outra a lição dos estudiosos. Manoel Gonçalves Ferreira Filho é do entendimento acima exposto conforme se pode ver do seguinte trecho:

"Forma de investidura. Isto significa que o modo pela qual se dá o acesso aos cargos eletivos ( eleição direta ou indireta, proporcional ou majoritária etc) nos Estados, é fixada na Constituição Federal, seja explícita, seja implicitamente. O modo adotado por exemplo, nas eleições para a Câmara dos Deputados é o que tem de ser seguido nas eleições para a Assembléia Legislativa, salvo exceção expressa no Texto Federal. Este, aliás, prevê eleição direta de Governador...., conquanto seja indireta a do Presidente da República". ( Comentários à Constituição Brasileira- p. 121).

Portanto, o melhor entendimento não pode ser outro senão o de que na hora atual, por força do disposto na Constituição Federal acerca da modalidade de eleição do Presidente da República, encontram-se alteradas as formas de recrutamento do Chefe do Executivo, tanto estadual como municipal.

As Constituições dos Estados e as Leis Orgânicas dos Municípios devem, tão-somente, proceder às alterações necessárias para adequarem-se ao Texto Federal.

Trata-se, portanto, de um procedimento meramente declaratório e não constitutivo porque, por força da Constituição da República, a disciplina aqui esposada já se encontra em vigor.

Com relação mais especificamente aos Municípios, também estes haverão de ter os seus Prefeitos eleitos por escrutínio a dois turnos. É que aos Estados cabe organizar os Municípios. Ao assim proceder deverão fazê-lo mediante a aplicação dos mesmos princípios a que eles, Estados, estão submetidos.

Assim sendo, bastou a alteração do previsto para a União para que se tenham por alterados os princípios até então aplicados a Estados e Municípios. Nessas

condições implantado o escrutínio a dois turnos para a eleição do Presidente da República, "ipso facto", por dois turnos também deverão ser eleitos os Governadores e os prefeitos, sem necessidade de nova alteração do Texto Constitucional da República. Disto deu demonstração, recentemente, a Câmara dos Deputados quando através de lei ordinária tentou disciplinar o assunto..

Não fossem os dois turnos já extensíveis a Estados e Municípios como poderiam sê-lo por via de lei ordinária?

O fato de ter tentado regulamentar por intermédio da lei ~~comum~~ um assunto dessa magnitude revela por si só, que na essência a votação dominante já é a de dois escrutínios. Na hipótese inversa o projeto já teria esbarrado na Comissão de Constituição e Justiça que, por certo, teria apontado o vício de inconstitucionalidade do projeto.

Em conclusão, nada mais resta senão o Tribunal Superior Eleitoral regulamentar o pleito estatuído, sobre tudo que for necessário para sua realização.

É de bom alvitre, também, como já vimos, que as Leis Orgânicas dos Municípios, se adaptem a essa nova modalidade eleitoral.

São Paulo, 19 de junho de 1985.

(a) CELSO RIBEIRO BASTOS.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 109/85, de sua autoria, com a seguinte ementa:

"Estabelece que os empréstimos em moeda estrangeira, feitos pelo Poder Público, bem como taxas adicionais e comissões, deverão obedecer às normas adotadas pelas autoridades monetárias federais".

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) IVAN GUBERT.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 69/85, constante da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, com inserção em ata dos Trabalhos da presente sessão, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor VILSON PIENEGONDA, ocorrido em acidente automobilístico, no dia 24 de junho de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, dirigindo-se para: Senhora DIRCÉLIA PEREIRA OLIVEIRA - Av. Anita Garibaldi, n. 4.150- Bl.1- - Ap. 25, Cj. Santa Efigênia- Curitiba- Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Vilson Pienegonda- um jovem valor que despontava com amplas possibilidades na política, conseguiu sobressair-se graças ao idealismo com que defendia suas idéias, ao espírito combativo. Deixa uma grande lacuna nos meios político e estudantil, e não estará presente para receber seu primeiro filho que está para nascer.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a transcrição na ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido hoje em nossa Capital, da Senhora NATALIA MACEDO CORREIA, viúva do Senhor Manoel Gomes Correia Júnior.

A extinta contava com 92 anos, era de tradicional família paranaense e seu desaparecimento veio a consternar a todos que a conheceram, por sua bondade e dedicação.

Deixa os seguintes filhos: Norton Macedo, Deputado Federal; Myriam Macedo Montanha Teixeira, funcionária desta Casa, casada com o Doutor Mário Montanha Teixeira; Luzita Macedo de Paula, casada com o Senhor Lerey Pontes de Paula, deixando ainda vários netos e bisnetos.

Requer, ainda, que dá decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor LUIZ PIZZATTO, ocorrido hoje na cidade de Toledo.

O fato abalou de forma profunda a sociedade local, onde gozava de grande estima e respeito dos muitos amigos que

possuía.

Da decisão, requer, ainda seja dado ciência à família enlutada em nome de Doutor ULISSES PIZZATTO, a/c da Prefeitura Municipal de Cândido Rondon- Rua Espírito Santo, 777

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) WERNER WANDERER.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos Trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido, nesta Capital, da Senhora NATALIA MACEDO CORREIA.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade face a extinta ser tronco de tradicional família paranaense.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à Rua Doutor Barrozo, n. 1124.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor HAMILTON VERÍSSIMO DE OLIVEIRA, haja vista, que o mesmo pertence à tradicional e pioneira família radicada em Paranavaí.

Solicitamos ainda, seja enviado expedientes à viúva Senhora NEUSA DE OLIVEIRA, à sua progenitora Senhor MARIA DE JESUS DE OLIVEIRA e a seu irmão Senhor ANIBAL J. DE OLIVEIRA, no seguinte endereço: Av. Souza Naves, 1545- Paranavaí- Pr.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na ata dos Trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora NATÁLIA MACEDO CORREIA, genitora do Deputado Federal Norton Macedo, ocorrido hoje, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido, nesta Capital, da Senhora Natália Macedo Correia.

A extinta, viúva de Manoel Gomes Correia Júnior, de tradicional família paranaense, era progenitora do Deputado Federal Norton Macedo, Myrian Macedo Montanha Teixeira, casada com o Doutor Mário Montanha Teixeira, Luzita Macedo Paula casada com Levy Pontes Paula, e Nelson Macedo e Marina Kujawa Macedo já falecidos, deixando vários netos e bisnetos.

Seu falecimento vem de consternar a sociedade curitibana e paranaense, já que a Senhora Natália Macedo Correia gozava de largo prestígio no seu vasto círculo de amizade, face aos seus valorosos dotes morais e de espírito aberto sempre voltado à filantropia e bem-estar de seus semelhantes e dos menos favorecidos.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira, Quielise Crisóstomo e Caíto Quintana.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento dos Senhores Luiz Vitorino Marques e Antônio Vitorini Marques, ocorrido recentemente na Municipalidade de Moreira Sales.

Um acidente trágico que ocorreu no último dia 13, quinta-feira, no trevo de acesso ligando Moreira Sales à PR 180, acabou por ceifar as vidas de Luiz Vitorino e Antonio Vitorino Marques.

O Senhor Luiz tinha 53 anos. Era casado e tinha dois filhos. Residia em Moreira Sales há muitos anos. Desenvolvia naquela cidade atividades agropastoris ou ligadas a elas.

Residindo atualmente em Presidente Prudente (SP), o Senhor Antônio deixou esposa e três filhos, desaparecendo aos 59 anos de idade.

O falecimento daqueles Senhores deixou o povo de Moreira Sales enlutado. Pois eram membros de uma das mais tradicionais famílias da cidade que se instalou na região há muito tempo atrás, juntamente com outras famílias pioneiras.

Moreira Sales não perde tão somente duas ilustres pessoas pelo fato de terem

se destacado através do ramo da agricultura e comércio, mas, sobretudo, perde dois homens cujos exemplos como pai, esposo e companheiro são, como continuarão a ser, motivos capazes de ensinar a todos o quanto se deve ser honesto, tanto no trabalho como na família ou ainda, no relacionamento social.

Não poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de Requerer o devido registro nos Anais deste Poder Legislativo, o falecimento de Luiz Vitorino Marques e Antônio Vitorino Marques, associando-me com a tristeza da família Marques e com o povo em geral de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor José Torquato de Souza, ocorrido recentemente na Municipalidade de Peabiru.

O Município de Peabiru, perde um dos seus mais destacados pioneiros. Faleceu, no último dia 16 do corrente mês, o Ilustríssimo Senhor José Torquato de Souza. Seu desaparecimento deixou enlutada aquela cidade, particularmente o seu vasto círculo de amizades. Muitas são as pessoas que o conheciam ao longo de mais vinte anos quando chegou a Peabiru (1960) e puderam desfrutar seus muitos ensinamentos como uma pessoa dotada de inúmeras experiências de vida, especialmente no que se refere a maior atividade que exerceu, a lavoura, (recentemente já estava aposentado).

José Torquato de Souza, nasceu no dia doze de dezembro de 1901, no Município de Borba da Mata, Estado de Minas Gerais. Deixa mulher e filhos: esposa Senhora Benedita Inêz Pinto de Souza e os seguintes filhos: José Torquato Filho, Maria Aparecida de Souza, Orlas Torquato de Souza, Vicente Torquato de Souza e Benedito Torquato de Souza.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a publicação em avulsos dos discursos pronunciados na Sessão Solene que outorgou o Título de Cidadão Honorário ao Doutor WALTER PECOITS.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) PAULO FURIATTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, com inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do 30.º Aniversário do Município de Umuarama, em 26 de junho de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO ROMERO FILHO, Digníssimo Prefeito Municipal, e ao Vereador MAURO WANDERLEI SPINA, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações ao Rotary Club de Goioerê, pela eleição e posse do novo Conselho Direto, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Presidente eleito João Alves Maciel.

A constituição do novo Conselho Diretor do Rotary Club daquela progressista cidade, reveste-se de grande acontecimento e importância. Primeiro porque este mesmo Conselho é formado por pessoas dignas e honradas, dispostas a desenvolver um trabalho, sobretudo, o bem comum. E, é também a reafirmação dos propostos que esta nova Diretoria tem em mente, reiteram também a confiança e a crença de continuar a desenvolver um trabalho caracterizado no mais alto espírito humanístico.

O Rotary Clube tem, fora de qualquer dúvida, uma atuação das mais expressivas na coletividade goioerense, tem inclusive se notabilizado em inúmeras realizações em defesa do engrandecimento daquela rica e próspera região.

Não poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de Requerer, com toda a justiça, as congratulações ao novo Conselho Diretor do Rotary Club de Goioerê, confiante que saberão, como sempre, cumprir o seu papel social.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Interpartidária para representando este Legislativo, gestionar junto ao Governo Federal a redução dos índices do reajuste da prestação dos imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação, juntamente com idênticas comissões de outros legislativos estaduais, entre os quais os do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que já constituíram suas respectivas comissões, composta de 5 (cinco) membros.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

#### JUSTIFICATIVA:

O problema da habitação precisa ser urgentemente equacionado. Os índices de reajustes estabelecidos pelo Governo Federal podem levar todo o sistema a um colapso com a elevação da inadimplência a níveis insuportáveis. A maioria esmagadora dos mutuários não terão condições de suportar os novos valores de suas prestações. Quase ninguém mais se atreve a investir no setor o que acarretará ao longo de tempo em recrudescimento do "déficit" habitacional, comprometendo toda a indústria da construção civil e, em consequência, extensos setores da economia, com reflexos profundos sobre o mercado de trabalho.

Urge uma mobilização geral de todos os segmentos da sociedade brasileira para o enfrentamento desse grave problema, mobilização à qual a classe política não pode se alheiar.

Não são só os 4,5 milhões de mutuários os que vão sofrer as consequências do reajuste imposto; os reflexos serão bem maiores, espalhando-se por toda a sociedade brasileira e afetando de forma grave o funcionamento da economia.

Por isso a oportunidade da constituição dessa comissão interpartidária, para que o Legislativo paranaense possa dar também a sua efetiva contribuição na solução desse angustiante problema.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja sugerido à douta Comissão Executiva desta Casa que se publique, a 3.ª Edição da Constituição do Estado - Anotada - com todas as Emendas aprovadas até a presente data, em trabalho que poderá ser realizado pelo Gabinete da Vice-Liderança da qual o signatário é titular, mediante assessoramento do autor das edições anteriores e de um funcionário do setor



especializado, com prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

**JUSTIFICATIVA:**

Por ocasião do Encontro de Lideranças realizado recentemente nesta Capital, notamos que há necessidade de se atualizar a publicação da Constituição do Estado- Anotada- cuja primeira Edição data de 1978 e a segunda de 1982, apresentando a redação das Emendas 4 até a de n.º 14, quando já foi editada a Emenda n.º 22.

No momento esta Casa conta com os serviços do autor dos trabalhos anteriores, o qual, segundo contato que fizemos, se propõe a prestar o assessoramento necessário para que possamos publicar a 3.ª Edição, atualizada até esta data, o que poderá ser feito no prazo acima.

Tendo em vista que cabe à Presidência da Casa fazer a apresentação do trabalho, como se procedeu em relação a todas as publicações anteriores e que é grande a procura e a real utilidade do mesmo conforme temos ciência, entendemos ser oportuna a aprovação deste requerimento.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER após ouvido o Plenário, solicitar as providências ao Governo Federal no sentido de agilizar o Instituto Butantã, para produção e estocagem do soro anti-ofídico, ora em falta no Brasil.

Uma política Social Previdenciária para produção e estocagem do soro anti-ofídico no País, seja adotada, sob pena de vermos nossa população rural e urbana, dizimadas pela negligência de descaso.

Tecnicamente a situação atual é caótica, pois a população está sujeita a morte pela falta do soro anti-ofídico, como ocorrências já registradas.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

**JUSTIFICATIVA:**

Feita em Plenário.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições estatutárias, REQUEREM, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando que seja atribuído a um consórcio de empresas paranaenses, a tarefa de construir a Hidrelétrica de Salto Segredo, no Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(aa) EDUARDO BAGGIO

Paulo Furiatti, Márcio Almeida, Tuguio Setogutte, Adhail Sprenger Passos, Edmar Luiz Costa, Nelson Buffara, Osvaldo Alencar Furtado, Antonio Belinati, Edgard Pimentel, Mário Pereira, Sabino Campos, Basílio Zanusso, Rubens Bueno, Tadeu França, Odeni Mongruel, Gernote Kirinus, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, José Antonio Fonseca, Orlando Pessuti, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Jorge Maia Filho, Augusto Carneiro, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Homero Oguido e Gabriel Manoel.

**JUSTIFICATIVA:**

É de conhecimento de todos nós, que é eminente a construção de mais uma hidrelétrica em solo paranaense. Com este fato, a economia paranaense receberá, em breve, um fluxo significativo de recursos, e são evidentes os efeitos gerados pela implantação de um complexo de tal ordem.

Dentre muitos, podemos citar alguns, como: a) a geração de pelo menos 3.500 empregos diretos, e de aproximadamente 8.000 empregos indiretos, para a execução das obras civis; b) a aquisição de materiais necessários à execução das obras civis, no mercado paranaense; c) a aquisição, também de empresas paranaenses, de máquinas, equipamentos e peças de reposição; d) a ampliação da receita tributária estadual, decorrente da circulação de recursos aplicados em mão-de-obra, máquinas, equipamentos e peças de reposição; e) retenção, no Paraná, de grande parcela dos investimentos realizados.

Além destes fatos, supra citados, temos que levar em consideração, os efeitos da política paranista, que o Governo do Paraná tanto tem dado prioridade, e esta, sem dúvida, é uma grande oportunidade para se colocar em prática tal política.

Sabemos que serão recursos da ordem de US\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de dólares) para a realização desta obra; e podemos sentir, desde logo, as repercussões sobre as atividades econômicas de nosso Estado, caso seja atribuído a um consórcio paranaense, a construção da Hidrelétrica de Salto Segredo.

É público e notório que o Estado do Paraná tem tecnologia para a realização de obra de tal vulto, pois, para tanto, contamos com empreiteiras de renome internacional, como: C.R.Almeida, J.Malucelli, Serra Verde, Agreste, Diamantina, Virgílio Castanholi, Socofer, Cotelli, Cesbe, Nato.

Por estes motivos, aqui relacionados, é que reivindicamos para o Paraná e para sua gente, os benefícios da implantação



de um complexo desta envergadura.

Ressaltamos ainda, que, nossa proposta encontre respaldo em praticamente todas as entidades empresariais, e em grande parte de entidades de classe, representando, portanto, grande parte da sociedade civil de nossa época, conforme se comprova das assinaturas do documento que estamos encaminhando em anexo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais; REQUER seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Dr. José Richa, expediente solicitando a Criação e Instalação da Comarca de Borrazópolis - PR, visto que este município já possui uma população condizente com a criação da solicitação acima especificada, pois que a sua população encontra sérias dificuldades para o deslocamento e acompanhamento de seus processos no município vizinho no qual está instalada a Comarca atual, sendo que este problema é agravado seriamente até mesmo pelo problema de locomoção, pois a sua rede de transporte é muito pequena.

Sala das Sessões, 26/06/85.

(a) JORGE MAIA FILHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, solicitando o imediato início dos serviços de conservação da Estrada da Ribeira (BR-476), nos termos de convênio delegatário firmado entre o DNER e o DER do Paraná.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) QUIÉLSE CRISÓSTOMO.

#### JUSTIFICATIVA:

A Estrada da Ribeira, BR-476, trecho Adrianópolis-Curitiba, teve sua conservação delegada ao Governo do Estado do Paraná, através de ato firmado com o DNER em 28/01/85. Com esse documento, pela primeira vez, o Governo Estadual recebeu delegação sobre a Estrada da Ribeira, tese há muito reivindicada pelos habitantes do Vale da Ribeira.

2. Não obstante, em função dessa transferência de responsabilidade, o DNER praticamente abandonou a conservação da Estrada da Ribeira, a qual se encontra na pior condição de tráfego dos últimos 20 anos.

3. Enquanto a comunidade do Vale da Ribeira, com o apoio de suas lideranças, luta pela pavimentação da Estrada, o leito

atual com revestimento primário em macadame precisa ser conservado em condições mínimas, para suportar o tráfego que ali transita.

4. Daí nosso apelo ao Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de agilizar os trabalhos de conservação da Estrada da Ribeira, inclusive se for o caso, requerendo apoio financeiro do Ministro dos Transportes, que agora é ocupado por um ilustre paranaense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Jair Parpinelli, funcionário da Prefeitura Municipal de Marialva, enviando votos de pesar, deste Poder Legislativo, pelo passamento de sua esposa, Senhora Doralice Stuber Parpinelli.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado à Direção do BANESTADO - CRÉDITO IMOBILIÁRIO, alguns pedidos de informações, a saber:

1) Nos anos de 1983, 1984 e 1985, quantos contratos de financiamentos foram firmados para construções de habitações em Maringá? Informar ano a ano.

2) Quantas habitações foram ou estão sendo construídas? Informar ano a ano.

3) Quais as empresas de Maringá que construíram com financiamentos BANESTADO nos citados anos? Quantos UPCs nos respectivos anos?

4) Quais as empresas de outras cidades que construíram em Maringá nos anos de 1983, 1984 e 1985? (especificar ano a ano) Quantos UPCs nos respectivos anos?

5) Quais as empresas de Maringá que apresentaram projetos no BANESTADO nos citados anos? (especificar ano a ano). Quais foram atendidas?

6) Quais as empresas de outras cidades que apresentaram projetos no BANESTADO nos citados anos? (especificar ano a ano). Quais foram atendidas?

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legislativas, REQUER, após ouvido o Plenário, que se officie ao Doutor Deni Lineu Schwartz, DD.

Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica no trecho aproximado de 35 Km entre os Municípios de Quedas do Iguaçu e Três Barras.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) WERNER WANDERRER.

**JUSTIFICATIVA:**

O trecho acima referido já foi autorizado para a terraplenagem bem como o revestimento primário. Todavia, sendo a região grande centro produtor, o asfaltamento contribuirá decisivamente para o melhor escoamento das safras agrícolas aos centros consumidores, além de encurtar o percurso, permitirá a baixa de custo do frete e economia em combustível.

Em virtude dos argumentos acima colocados, faz-se necessário o breve asfaltamento do trecho requerido.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhada à Secretaria de Estado da Educação - SEED, solicitação no sentido de que passe a se denominar "PRESIDENTE TANCREDO NEVES" a Escola "31 de Março", localizada no Bairro 31 de Março, na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

**JUSTIFICATIVA:**

Com a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República, em janeiro deste ano, o povo brasileiro viu renascer suas esperanças. Toda a Nação se ergueu, manifestando sua confiança no futuro da Pátria.

Quis o destino, porém, que a morte ceifasse a vida àquele de quem o País tanto esperava.

Morto Tancredo Neves, restou a esperança. Ficou o seu legado - a Nova República, avalizada pela Aliança Democrática.

Graças a Tancredo Neves, à sua prudência, ao seu carisma, à sua paixão democrática, o País assistiu a uma transição sem traumas. Saimos de um regime de arbítrio para um tempo de abertura. Um novo tempo, de respeito aos direitos e às liberdades do cidadão.

Por tudo isso, o nosso povo é grato a Tancredo Neves. E procura, sempre que possível, expressar-lhe seu reconhecimento.

Dentro desse espírito, a comunidade do Bairro 31 de Março, em Ponta Grossa, manifesta o desejo de homenagear Tancredo Neves. E o faz, expressando o desejo de

que o nome do saudoso estadista seja dado à escola onde estudam seus filhos, a Escola "31 de Março".

A homenagem se nos parece justa, pois visa perpetuar na memória e no coração dos cidadãos de amanhã, o nome daquele que foi o arquiteto da Nova República, do novo Brasil.

Essa é a razão pela qual submetemos a esta Casa requerimento, endereçado à Secretaria de Estado da Educação, no sentido de que, pelas razões expostas, seja dado à Escola "31 de Março", da cidade de Ponta Grossa, o nome sob todos os aspectos digno e honrado de "Presidente Tancredo Neves".

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, sugerindo a construção de um módulo policial na Praça Getúlio Vargas, na cidade Ponta Grossa.

Aquele logradouro público está localizado na parte central de um dos mais populosos bairros de Ponta Grossa, a Nova Rússia. Ao redor da mesma existem diversos estabelecimentos comerciais, inclusive supermercados, concessionárias de venda de automóveis, bares, além de uma escola estadual que abriga centenas de crianças trabalhando em três turnos diários. Também na Praça Getúlio Vargas está localizado um Ginásio de Esportes, local permanentemente ocupado por jovens esportistas.

Ante a inexistência de qualquer tipo de policiamento preventivo, o local vem se transformando em ponto de encontro de marginais, inclusive de viciados em tóxicos, fatos que estão gerando insegurança nas pessoas que residem nas proximidades ou que necessitam transitar ou permanecer naquela praça pública.

A implantação de um módulo policial se impõe e os pontagrossenses esperam que o Secretário de Segurança Pública do Paraná atenda esta justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo o desenvolvimento de estudos visando a construção de novas

casas populares na Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Tem-se registrado em Barbosa Ferraz um número cada vez mais crescente de pessoas interessadas na aquisição de casa própria. Tal situação, naturalmente tem criado alguns transtornos, notadamente no que se refere a não disponibilidade de residências para aluguel.

Faz-se necessário, deste modo, que essa Secretaria de Estado Interior, através da COHAPAR, determinem a realização de estudos objetivando a construção de novas casas populares.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública visando a liberação de maior cota de combustível para a Municipalidade de Campina da Lagoa.

O Município de Campina da Lagoa é formado por várias localidades numa grande extensão de áreas. Relativo ao setor da segurança pública, a área de atuação também naturalmente, é expressiva, tendo em vista o contingente populacional lá encontrado.

Tal condição faz com que se exija maior despreendimento por parte da Polícia para a manutenção da ordem pública, do respeito ao patrimônio e a segurança individual dos cidadãos.

Entretanto, o referido organismo policial não vem dispondo de condições a altura de proporcionar segurança e tranquilidade à todos. Falta maior cota de combustível. A quantia de litros atualmente destinada não é suficiente, e, por muitas vezes, tem-se que recorrer à ajuda da comunidade ou ao auxílio da Administração Municipal.

Neste sentido, face ao exposto espera-se o pronto atendimento ao presente requerimento, determinando o envio de maior cota de combustível para Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do

Esporte encarecendo apoio ao setor existente na Municipalidade de Boa Esperança.

No que diz respeito ao setor esportivo, o mesmo apresenta algumas deficiências. A constatação é feita, de modo muito especial, pela juventude, através dos que militam do Setor Jovem do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Segundo eles, muitas são as modalidades que não podem ser desenvolvidas exatamente pela falta de materiais apropriados.

Trata-se, fora de qualquer dúvida de uma importante preocupação que vem tendo a juventude daquela cidade. Neste sentido, baseando-se em iniciativa de suas próprias lideranças, pede-se dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte o apoio necessário, determinando a destinação de materiais esportivos.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legislativas, vem REQUERER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se oficie à COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA e do PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, solicitando seja efetuado estudo de viabilização para criação da Comarca de Quedas do Iguaçu, desmembrando a mesma de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

Distante de Laranjeiras do Sul 67 Km, Quedas do Iguaçu tem uma população de trinta e um mil quinhentos e dois habitantes e uma área de 1.199 Km<sup>2</sup>, sendo sua população urbana de aproximadamente quinze mil habitantes. Possui ainda toda a infra-estrutura para que seja instalada a comarca, pois se trata de um município progressista e que tem na agricultura, uma das mais promissoras do Estado, a alavanca propulsora de seu progresso.

Dada as dificuldades de distância, o que concorre naturalmente para que muitos problemas fiquem sem a devida solução é que vimos nesta Casa solicitar a aprovação do presente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo senhor Responsável pelo DSTC - Departamento dos

Serviços de Transporte Comercial, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes visando a averiguação dos motivos pelos quais foi suspensa a linha de ônibus que liga o Distrito Administrativo de Arapuã (pertencente a Municipalidade de Janiópolis) a Municipalidade de Boa Esperança.

Causou muito estranheza por parte de várias pessoas, particularmente pelos agricultores, a suspensão da linha de ônibus que servia de ligação entre Arapuan e Boa Esperança. Segundo informações não foram feitos quaisquer avisos quando a suspensão da referida linha, o que só ocasionou muitos transtornos.

São muitas as pessoas que se valiam daquele tipo de transporte para se deslocarem de Arapuan-Boa Esperança e Boa Esperança-Arapuan, e que nos dias de hoje, estão a mercê até mesmo da própria sorte, particularmente os mais humildes, que não dispõem de veículos.

O retorno da linha mencionada se faz necessário o mais breve possível. Neste sentido, espera-se do Departamento e Secretaria de Estado dos Transportes o encaminhamento de medidas visando a solução do problema.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando autorização para dispor das salas de aula pré-fabricadas que estão desativadas no Colégio Estadual Dom Bosco de 1.º e 2.º graus, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Há muito tempo atrás que a Direção daquele educandário vem solicitando uma autorização para dispor das salas pré-fabricadas uma vez que as mesmas também há tempos não são mais utilizadas. Conforme informa a Ilustríssima Senhora Neuza Resende Rieling, Diretora Geral, tal solicitação não visa pura e simplesmente a demolição das referidas salas (o que já seria louvável, pois aquelas instalações face ao seu estado, acarreta até mesmo riscos às pessoas). Mas em seu lugar pretende-se edificar uma nova cozinha com mais espaço e higiene.

Ademais, ao dispor das salas pré-fabricadas, tal procedimento não

acarretará despesas ao Estado, uma vez que o material do mesmo será permutado, sendo que o Colégio Dom Bosco receberá, em troca, mão-de-obra a preços mais baixos

Fora de qualquer dúvida a presente solicitação é perfeitamente justa e válida. Deste modo, aguarda-se um pronunciamento favorável ao assunto, determinando medidas que possam vir de encontro as aspirações da Direção Geral do Colégio Dom Bosco, que são também do conjunto do estudantado e professores.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, transcrição nos ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, da matéria jornalística, que sob o título "ESTRADA VAI MUDAR O CENTRO DO PARANÁ", foi publicada no jornal "Gazeta do Povo", edição de domingo, dia 09 de junho de 1985, conforme recorte anexo.

A matéria em questão enfoca assunto da maior importância, visto tratar-se de uma estrada que ligará, asfálticamente, os municípios de Manoel Ribas, Cândido de Abreu e Reserva, levando progresso a uma região, antes esquecida.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 121/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art.1.º - Os atuais Distritos Administrativos de Boqueirão, Carro Quebrado, Jordão e Morro Alto, do Município de Guarapuava, são fundidos e transformados no Distrito Administrativo da Sede do Município de Guarapuava, mantidas as divisas com os demais Distritos.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26/06/85.

(a) TRAJANO BASTOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A medida que ora se pleiteia, visa corrigir enorme distorção existente no Município de Guarapuava.

Com efeito, vejamos:

A criação dos Distritos Administrativos de Boqueirão, Carro Quebrado, Jordão e Morro Alto (pela Lei 5.603, de 27/07/67, alteradas pelas Leis 5.809, de 17/07/68 e 7.415, de 04/12/80,

no Município de Guarapuava, todos eles com territórios desmembrados do Distrito de Guarapuava e dentro do quadro urbano da cidade, acabando, portanto, com o distrito sede, longe de se constituir em medida que poderia de alguma forma beneficiar a cidade, pelo contrário, acarretou sérios entraves.

Assim os resultados censitários do IBGE, apresentam os dados dos direitos administrativos - sempre - separadamente.

Prova disso, é o censo de 1.980 que apresentou Guarapuava com reduzidíssima população na cidade.

No censo de 1.970, a cidade de Guarapuava, ainda com base na Lei de criação dos retro mencionados Distritos Administrativos, apresenta uma população de apenas 14.419 habitantes, quando na realidade tinha uma população urbana de 43.318 habitantes.

Em 1.980, figurava nos dados estatísticos do IBGE com uma população urbana de 17.412 habitantes, quando a população real era de 81.961 habitantes.

É esta distorção que a presente iniciativa pretende corrigir. Caso persista a lei atual, no próximo recenseamento, certamente não atingirá Guarapuava a casa dos 20.000 habitantes, posicionando-se desta forma, dentre as menores cidades do Estado, não obstante seja público e notório que isto não reflete a realidade, porquanto seguramente possui hoje, somente a sede, uma população de 120.000 e o Município 190.000 habitantes.

PROJETO DE LEI N.º 122/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e infância de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de dar proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, foi fundada em 1.948, em Rio Branco do Sul, a A.P.M.I., e desde então, sua diretoria vem trabalhando, para conseguir atingir as metas satisfatórias para o atendimento de serviço social no município, procurando estar sempre atuante nos problemas da comunidade.

O trabalho de equipe abrange campanhas imprescindíveis para a sobrevivência

humana e procurando na medida do possível, solucionar todos os problemas em especial àqueles que atingem a criança.

A documentação anexa demonstra o trabalho efetuado pela APMI, como também preenche os requisitos legais.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres Pares o devido apoio para o presente Plano de Lei, e sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 123/85.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O artigo 88 da Lei n.º 7051/78, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 88. Vencimento, para os efeitos desta Lei, é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, categoria ou ao nível fixado em lei, mais os eventuais acréscimos por tempo de serviço."

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) IVAN GUBERT.

#### JUSTIFICATIVA:

Conhecendo, como conhecemos, os problemas do funcionalismo público estadual, temos estado sempre atentos às questões que, direta ou indiretamente, digam respeito a essa valorosa classe.

Exatamente por assim entender, constatamos que o artigo 88, da Lei 7.051, de 4 de dezembro de 1978 - que dispõe sobre a estrutura e organização, da Coordenação da Receita do Estado, da Secretaria das Finanças não expressa aquilo que deveria consagrar, como direito dos servidores públicos vinculados àquela categoria funcional.

Na verdade, a conceituação de Vencimento, para os efeitos da referida Lei 7.051/78, não apresenta a abrangência que lhe seria lícito conferir, conforme entendimentos da doutrina e da própria jurisprudência.

Efetivamente, o artigo 70 da Constituição Estadual, cujo texto se repete no artigo 170 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Paraná - Lei 6.174/70, estabelece que:

"O funcionário terá acréscimo de vencimento:

I - De cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento, até completar vinte e cinco por cento;

II - Ao completar trinta anos de exercício, cinco por cento, por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco

por cento.

§ 1.º - incorporação dos acréscimos será devidamente incluída para efeitos de aposentadoria, e será computado igualmente sobre alterações dos vencimentos".

Amparados nesses dispositivos legais, funcionários fiscais do Estado do Paraná propuseram ação ordinária pleiteando retificação do cálculo de seus vencimentos, para que os adicionais por tempo de serviço incidam também sobre as gratificações que percebiam pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Ao decidir embargos, interposto com base em voto vencido do eminente Desembargador Alceste Macedo, o Tribunal de Justiça do Paraná, pela maioria de seus membros, acabou por entender que se os acréscimos legais se incorporam imediatamente aos vencimentos, não se pode retirá-los para o cálculo de gratificação que por acaso seja concedida em percentual sobre os mesmos vencimentos. A matéria acabou sendo objeto de incidente de uniformização de jurisprudência, tendo o órgão especial, do Egrégio Tribunal de Justiça, por maioria de votos, entendido que a gratificação incide sobre os adicionais.

Cumpra acrescentar que a matéria também já foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do recurso n.º 95.514, do Distrito Federal, tendo como relator o eminente Ministro Cordeiro Guerra. Em resumo, se concluiu aí, que "o Adicional por tempo de serviço é o acréscimo pecuniário que se adita definitivamente ao padrão do cargo, em razão exclusiva do tempo do exercício em lei para auferimento de vantagem" (RTJ 102/834).

Não é outro, igualmente, o entendimento do ilustre Advogado e professor Hely Lopes Meirelles, ao analisar a questão na consagrada obra "Estudos e Pareceres de Direito Público" (vol. II. pág. 252 e seguintes). Para ele, esse adicional "Adere ao vencimento para todos os efeitos legais e é irretirável ao funcionários...".

Assim, claro está que o adicional por tempo de serviço é Vencimento. Daí, não poder ser dele excluído, conforme ocorre atualmente, no citado artigo 88, da aludida Lei n.º 7.051/78, que diz, apenas, ser o vencimento "A restituição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou ao nível fixado em Lei".

Dessa forma, para se corrigir tal situação, eliminando eventuais dúvidas ou interpretações prejudiciais ao funcionalismo, por parte da Administração, encaminhamos à Mesa, para discussão e votação, o presente Projeto de Lei que visa adequar o artigo 88, da Lei 7.051/78,

ao entendimento corrente e às reais aspirações dos servidores.

PROJETO DE LEI N.º 124/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Para o cálculo da gratificação de que trata o inciso III, do Art. 172, da Lei n.º 6174/70, de 16 de novembro de 1970, dever-se-á, a partir da data de vigência desta lei, considerar como vencimentos a importância devida ao servidor como remuneração básica de seu cargo, acrescida dos percentuais que, por força de lei, se lhe mandaram incorporar.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) IVAN GUBERT.

JUSTIFICATIVA:

Vem causando constante discussão, no âmbito dos Três Poderes, a interpretação do disposto no Art. 177, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, que estabeleceu normas para o cálculo da gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

A discrepância de interpretação tem como origem o veto parcial apostado pelo Poder Executivo na redação do referido Art. 177, que faz com que, alguns pretendam que não se deva calcular a mencionada gratificação sobre os adicionais a que eventualmente tenha direito o funcionário.

Desta forma, a emenda que ora propomos, pretende tão somente tornar claro o dispositivo acima invocado, suprimindo o efeito aparentemente conflitante, criado pelo mencionado veto parcial, e fazendo com que, qualquer dúvida todos os Poderes, com uniformidade, dêem aplicação ao disposto na Constituição Estadual, que, em seu Art. 70, diz:

"Art. 70 - O funcionário terá acréscimo aos vencimentos:

I- de cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento até completar vinte e cinco por cento;

II- ao completar trinta anos de exercício, cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

§ 1.º - A incorporação dos acréscimos será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria, e será computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos.

§ 2.º - São reconhecidas as mesmas vantagens aos integrantes das corporações militares.

PROJETO DE LEI N.º 125/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Ação Social Diocesana "Bom Samaritano" Procopense, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio-Pr.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

## JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do Senhor Jadir Delmonico, membro do Diretório Municipal do PMDB de Cornélio Procópio, e do Senhor José Lagana, visa o presente plano de lei conferir à Ação Social Diocesana "Bom Samaritano" Procopense, os meios materiais indispensáveis à continuação do trabalho de elevado cunho social que vem desenvolvendo, atendendo a população carente daquela municipalidade.

Tal atendimento, concretizado através de encaminhamento e orientação junto às famílias desprovidas de recursos econômicos, e de promoção do ser humano, prevenindo a marginalização e ministrando cursos da Educação Base, vem-se convertendo num dos baluartes contra os males sociais que grassam há vários anos em outros municípios do Estado e do País, e que ali encontram séria oposição.

Preenchendo todos os requisitos legais, conforme a documentação anexa, solicito aos Nobres Pares, o devido apoio a este Projeto de irrefutável cunho social.

PROJETO DE LEI N.º 126/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica criado o Município de Diamante D'Oeste, com território desmembrado do município de Matelândia, com sede e foro na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Começa na confluência dos Rios São Francisco Falso Braço Norte e São Francisco Falso Braço Sul, subindo por este até a foz do Rio São João ou Roselito, pelo qual sobe até alcançar a divisa entre lotes 21-22 de onde segue pelas divisas entre os lotes 20-23, 18-23, 18-24, 17-24, 17-13, 13-12, 12-9, 7-8 - 6-8, todos da gleba n.º 3-1.ª e 2.ª. Partes da Colônia Rio Quarto, atingindo aí o Rio São Francisco Falso Braço Sul, pelo qual sobe até a foz do Rio Santa Cecília, de onde por uma linha seca rumo noroeste

alcança a nascente do Rio Barra Funda, e por este abaixo até sua foz no Rio São Francisco Falso Braço Norte, pelo qual desce sua confluência com o Rio São Francisco Falso Braço Sul; ponto de partida".

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(aa) TERCIO ALBUQUERQUE

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

## JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Diamante D'Oeste, no município de Matelândia vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais acentuados, quer no aspecto econômico, social, político e cultural, grajeando no seio da sua população a expectativa da sua emancipação política, a fim de que esse crescimento não venha a sofrer solução de continuidade.

A estatística de produção agropecuária, anexa a presente proposição bem demonstra a situação excelente do Distrito de Diamante D'Oeste, como também ocorre o crescimento populacional naquela rica região do oeste paranaense, o que faz merecedor da sua ascensão à categoria de Município, em perfeitas condições aos requisitos previstos na legislação pertinente à matéria.

Com essa intenção é que estamos propondo à consideração desta Casa a sua elevação à Categoria de Município, atendendo às justas pirações da sua laboriosa população, o que temos a certeza merecerá o total e irrestrito apoio dos Nobres Pares.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente do ITC - Instituto de Terras e Cartografia, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, para que auxilie no plantio de árvores no perímetro urbano do Distrito Administrativo de Corumbataí do Sul, pertencente a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Há muito tempo que o perímetro urbano de Corumbataí do Sul carece de uma revitalização geral a nível de arborização. O apelo neste sentido é feito pelo ilustríssimo Senhor Jair Candido de Almeida. Morador muito antigo naquele progressista Distrito Administrativo e portanto profundo conhecedor dos seus problemas e necessidades, afirma ser de fundamental importância o plantio de árvores, não somente por uma questão de embelezamento. Mas, muito mais, até mesmo para permitir o equilíbrio, aliado a outros fatores, do próprio meio ambiente.

É de capital importância que esse Instituto e Secretaria



de Estado determinem o apoio necessário a presente solicitação, afim de que a Administração de Barbosa Ferraz possa pôr em prática tal medida.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Secretaria de Estado dos Transportes no intuito do cascalhamento da estrada que serve de ligação entre o Distrito Administrativo de Bourbonia a localidade de Paraíso do Sul, ambas pertencentes a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Sebastião Gonçalves Pereira é Vereador em Barbosa Ferraz. Como autor da proposta de cascalhar a estrada que liga Bourbonia a Paraíso do Sul, o nobre integrante do Poder Legislativo local acredita que somente com tal medida será possível garantir, em qualquer tempo, o tráfego seguro pela referida via.

Ademais, o estado que se encontra a estrada Bourbonia - Paraíso do Sul não é dos melhores. Sempre quando caem chuvas naquela região é comum não haver, inclusive, condições de trânsito.

Somente o cascalhamento porá fim em tal problema, no que se espera a colaboração indispensável daquela Pasta.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura objetivando a liberação de semente a serem destinadas a pequenos agricultores da Municipalidade de Roncador.

Grande parte da área referente aos limites territoriais de Roncador é formado por um expressivo número de pequenas propriedades rurais. Das existentes, uma expressiva quantidade caracteriza pelas atividades de subsistência.

Diante de tal realidade sócio-econômica, do campo rural, faz-se necessário, em dúvida alguma, adotar, sempre que possível, medidas de caráter especial, permitindo uma melhor condição para que pequenos agricultores tenham condições de produzir em níveis mais satisfatórios, não somente para o seu sustento, mas até mesmo para comercialização.

Neste sentido, baseando em iniciativa do Excelentíssimo Senhor Miguel Pereira, Vereador de Roncador, o presente requerimento tem por finalidade que aquela Secretaria de Estado da Agricultura, mediante disponibilidade, adote medidas visando a destinação de sementes ao conjunto dos pequenos agricultores, dando-lhes estímulos e condições para o desenvolvimento de vários cultivos.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social no intuito da liberação de materiais para a montagem de um laboratório de análises para a Municipalidade de Roncador.

Na condição de Prefeito Municipal de Roncador, o Excelentíssimo Senhor Augusto Becher tem podido acompanhar de perto os problemas enfrentados em sua Administração, particularmente no que diz respeito ao setor de saúde pública. Muitos problemas já foram ou estão sendo eliminados. Entretanto, algumas dificuldades ainda se fazem presentes.

A montagem de um laboratório de análises é uma reivindicação que há muito tempo vem sendo feita pela Administração Municipal, com base nas constantes manifestações das autoridades da área de saúde. Para tanto, a participação da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social é algo por demais importante.

Neste sentido, espera-se o pronto atendimento ao que ora é solicitado, por tratar-se, sem dúvida alguma, de uma justa iniciativa.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encarecendo a destinação de recursos para a construção de residência para o Promotor na Comarca da Municipalidade de Ubitatã.

A reivindicação parte da classe dos advogados da região de Ubitatã, particularmente do Ilustríssimo Senhor Doutor Carlos Alves. Ademais, a residência do Juiz não é suficiente para acomodação, além de que precisa submeter a reformas.

Diante da exposição de motivos, espera-se da Governadoria do Estado o encaminhamento de medidas visando concretizar a presente solicitação.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública visando a imediata destinação de uma viatura devidamente equipada para a delegacia de polícia localizada na Municipalidade de Mariluz.

O envio de uma viatura devidamente equipada vem sendo feito, através de inúmeras reivindicações devidamente formalizadas, há muito tempo.

Entretanto, mesmo diante da reconhecida necessidade, aquela Pasta não determinou o atendimento que precisa a delegacia de polícia daquela cidade.

Neste sentido, através de preocupação mais uma vez manifestada pelo Ilustríssimo Senhor Manoel Neto de Lima, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, espera-se que haja o pronto

atendimento do presente pedido, o que permitirá, fora de qualquer dúvida, verdadeira condição para o desempenho das atribuições concernentes ao setor de segurança pública.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná no sentido da instalação de telefones públicos na Municipalidade de Mariluz.

São dois os aparelhos públicos solicitados. Ambos para o Conjunto Habitacional Arnaldo Busato. O referido Núcleo Residencial congrega uma expressiva parcela da população de Mariluz. Estas pessoas estão desprovidas de uma comunicação rápida, notadamente em casos de emergência, o que tem acarretado uma série de transtornos.

Neste sentido, pede-se, de acordo com iniciativa do jovem integrante do PMDB Milton Onaka, a implantação de dois aparelhos telefônicos, no que se espera pronto atendimento dessa Companhia, já que se trata de uma justa solicitação.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior no sentido da liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados no combate à erosão urbana na Municipalidade de Mariluz.

Muitas são as vias urbanas que apresentam uma série de problemas face a ação das chuvas que provocam a erosão sempre constante. Existem ruas e avenidas que simplesmente não apresentam condições mínimas de tráfego.

Somente a adoção de um programa específico será possível resolver aquele problema. Esta é a iniciativa do Excelentíssimo Senhor José Pereira de Oliveira. Como Vereador de Mariluz aquele integrante afirma que não bastam apenas medidas que só amenizem o problema. Mas, é preciso um programa especial, a fim de pôr fim a um antigo transtorno vivido por toda a população.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado no sentido da liberação de verbas para a construção de uma quadra esportiva polivalente para o Colégio Estadual Princesa Isabel, localizado na Municipalidade de Araruna.

Através de ofício assinado pela Ilustríssima Senhora

Diretora daquele estabelecimento de ensino ararunense, Cleise M. H. Bazuco, e em nome do corpo docente e discente, está a solicitar a construção de uma quadra de esportes, pois somente com a mesma poderá ser ministrado a altura, as aulas de educação física, conforme se prevê os currículos escolares.

Sem dúvida é uma justa solicitação, espera-se, portanto, o atendimento, determinando-se a liberação de recursos financeiros para tal.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, através do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Comunicações, encarecendo a realização de estudos no sentido de avaliar as reais possibilidades de haver reciprocidade de pagamento de energia elétrica com propaganda para as emissoras de rádio-difusão do Estado do Paraná.

Não há a menor dúvida da importância que se reveste quanto a presença e o próprio papel das emissoras de rádio-difusão. No Paraná tal condição não é em nada diferente. As rádios a cada dia têm sido as responsáveis por grande parcela do processo desenvolvimentista deste Estado.

Entretanto, face, especialmente, ao momento econômico vivido por toda Nação, de muitas dificuldades, as rádios, por sua vez, sentem os reflexos de tal situação, o que possibilita alguns problemas de funcionamento, ante ao elevado custo de manutenção das mesmas.

Faz-se necessário procurar dar verdadeiras condições para que as rádios possam atuar de forma cada vez mais efetiva e independente.

Neste sentido e dentro desta linha de raciocínio, este requerimento conforme iniciativa do Ilustríssimo Senhor Oripe Carrião. Na condição de Diretor Responsável da Rádio Goioerê, este Senhor, ao longo dos anos em que atua no setor de comunicação, tem adquirido inúmeras experiências, o que possibilitou várias contribuições na melhoria das condições do rádio de um modo geral. Sua proposta é visando a reciprocidade de pagamento de energia elétrica com propaganda para emissoras de rádio. Pois, através de tal medida será possível garantir melhores condições de operacionalidade, mas, sobretudo, permitirá uma verdadeira agilização no relacionamento entre as rádios e o Governo do Estado.

Por tratar-se de uma importante solicitação, aguarda-se que o mais breve possível sejam realizados estudos visando estabelecer formas pelas quais se adotará a presente proposta, que embora sendo de iniciativa do referido Diretor Geral da Rádio Goioerê, vem de encontro as constantes preocupações de todo o segmento.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial

dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação visando a liberação de recursos a serem aplicados na realização de reparos gerais nos ônibus destinados ao transporte dos estudantes e professores da Municipalidade de Goioerê.

As autoridades do meio sócio-educacional e a classe política de um modo geral têm manifestado reiteradamente suas preocupações com relação ao sistema de transporte de estudantes e professores no Município de Goioerê. Nos dias de hoje são cada vez mais evidentes as conseqüências de tal processo. A situação de escassez de recursos provenientes do Poder Público Municipal tem sido constante, o que só tem comprometido o transporte coletivo existente no sistema de ensino.

Muitas são as linhas que já foram suspensas exatamente pela falta de recursos para mantê-las, seja pela ausência de combustível, seja pelas condições dos ônibus face ao desgaste dos mesmos. Justamente neste último aspecto é que reside a grande preocupação por parte da comunidade. Vários são os veículos destinados para aquela finalidade que não apresentam mais condições normais de uso. Necessitam, deste modo, de reformas gerais. Para tanto a Administração Municipal quer a colaboração da Secretaria de Estado da Educação, garantindo a liberação de verbas que auxiliem na revitalização dos ônibus para o transporte dos professores e estudantes, o que vai evitar, de imediato, evasões em diversos estabelecimentos.

Diante da exposição de motivos, aguarda-se dessa Pasta o encaminhamento de medidas que possam vir de encontro ao que ora é solicitado, cujo interesse é incontestável.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação encarecendo auxílio na realização de reformas e pinturas gerais nas escolas pertencentes a rede municipal de Araruna.

São doze as escolas que precisam submeter-se à reforma e pintura novas. Conforme especifica ofício oriundo do Executivo Municipal, assinada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Osvaldo Valarini, a colaboração da Secretaria de Estado da Educação se faz necessária exatamente pelo fato de que aquela mesma Administração não dispõe no seu orçamento, recursos que permitem a revitalização pretendida.

Espera-se, portanto, face a exposição de motivos, o apoio dessa Pasta a fim de que os educandários ararunenses recebam as referidas melhorias, cujo desejo também é manifestado de modo especial pelo Departamento de Educação e Cultura daquela cidade.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, através do Excelentíssimo

Senhor Governador do Estado, encarecendo a agilização do "Clic Rural" na Municipalidade de Mamborê.

Há vários meses o meio rural se manifestou muito com relação ao Programa que visava a eletrificação nas suas propriedades. Muitas inscrições no referido Programa foram realizadas.

Decorrido muito tempo, o que se constata é a não execução do "Clic Rural" na sua integridade. Muitos são os que aguardam uma decisão concreta, o que até agora, segundo informações, não ocorreu.

Portanto, pede-se a imediata agilização do "Clic Rural" para Mamborê, a fim de evitar, ainda, maiores transtornos ao conjunto dos proprietários e produtores rurais daquela rica e próspera região.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública encarecendo a realização de pintura bem como a construção de um muro na delegacia de polícia localizada na Municipalidade de Nova Cantu.

O Ilustríssimo Senhor José Copanski, Primeiro Suplente de Delegado naquela cidade, responsável por esta iniciativa, afirma ser de fundamental importância o atendimento da presente reivindicação. A realização de pintura novas nas instalações do referido organismo de segurança possibilitará algo que atualmente está faltando: a higiene. Com relação ao muro, o mesmo deverá ser edificado o mais breve, uma vez que o prédio da delegacia está desprotegido, já que nada o está cercando atualmente.

Neste sentido, face ao exposto, aguarda-se a participação dessa Secretaria de Estado, liberando recursos financeiros para a mencionada finalidade.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Responsável pelo DSTC - Departamento dos Serviços de Transporte Comercial, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da implantação de linha de ônibus ligando os Municípios de Ubatã, Nova Aurora, Campina da Lagoa, Curitiba.

A iniciativa da presente solicitação parte do Excelentíssimo Senhor José Vicente Pires. A referida pessoa, que ocupa uma cadeira na Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade, afirma que tal reivindicação baseia-se em constantes reclamos feitos por moradores da região quando os mesmos têm que se deslocarem até a capital paranaense, já que os horários e itinerários são simplesmente incompatíveis além da falta de linhas.

Ademais, torna-se perfeitamente dispensável ressaltar a importância de Ubatã, região que polariza o Vale do Piquiri,

onde estão concentradas muitas pessoas que lá vivem e que precisam de melhores condições a nível de transporte coletivo intermunicipal.

Espera-se, portanto, face ao exposto, o encaminhamento de medidas visando concretizar o que ora é solicitado.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através do Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a construção de uma cozinha junto as dependências da Escola Maria Cândida de Jesus - Ensino de 1.º Grau, localizada no Distrito Administrativo de Paraná D'Oeste, pertencente a Municipalidade de Moreira Sales.

A presente solicitação baseia-se em reivindicação da Ilustríssima Senhora Áurea de Souza Beloni. Na qualidade de Diretora Geral daquele conceituado e tradicional educandário, afirma ser de fundamental importância a construção de uma cozinha com refeitório. Já que com a pretendida edificação será possível, efetivamente, proporcionar melhores condições na feitura e distribuição aos alunos da merenda escolar.

Ademais, as instalações que servem de cozinha naquele estabelecimento são inadequadas, tanto pelo aspecto do seu tamanho, que é pequeno, quanto das condições de higiene, bastante comprometedoras.

Por tratar-se de uma justa solicitação aguarda-se o irrestrito apoio dessa Pasta, determinando a construção da referida cozinha e refeitório, contribuindo sobremaneira na melhoria das condições gerais da Escola Maria Cândida de Jesus.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido da recuperação de várias estradas da Municipalidade de Araruna.

As vias que precisam de serem recuperadas são as seguintes:

- Araruna - Taquarimbé, até Abidon - 25 Km;
- Pé de Galinha - Taquarimbé - 08 Km;
- Incruso de São Martinho até ao Pé de Galinha - 07 Km;
- Pinhalzinho até ao Km 139 - 15 Km;
- Araruna - São Geraldo até São Vicente - 30 Km;
- São Vicente - Água Tonetta - 18 Km;
- São Vicente - Tamanduá - 08 Km;
- Araruna - Boiadeira até o Km 131 - 09 Km.

Fora de qualquer dúvida os referidos trechos de estradas são extremamente importantes, pois através dos mesmos são escoadas as safras agrícolas lá obtidas.

Ademais, por tratar-se de muitos quilômetros que

necessitam ser conservados, a participação desta Secretaria de Estado dos Transportes é indispensável, onde espera-se o pronto atendimento à presente solicitação, que aliás é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Osvaldo Valarini, Prefeito daquela Cidade.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a iluminação da quadra de esportes existente na Escola Estadual Urupês - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Campo Mourão.

Muitos são os alunos que estão simplesmente privados de desenvolverem a prática da Educação Física conforme bem especifica a Lei n.º 5.692, que regula o Ensino a nível de 1.º e 2.º Graus. Frequentando as aulas à noite os inúmeros estudantes têm passado uma série de dificuldades em razão de não existir iluminação da quadra de esportes.

O problema já se faz presente há muito tempo. A Direção Geral daquele Estabelecimento de Ensino encaminhou muitos pedidos neste sentido, conforme informa a Ilustríssima Senhora Iracema Canapini, responsável pela direção.

Deste modo, face ao exposto, espera-se dessa Secretaria de Estado da Educação, e FUNDEPAR o pronto atendimento do que ora é solicitado, pondo fim a um antigo problema, determinando a iluminação da referida quadra de esportes, cuja reivindicação é também do Ilustríssimo Senhor Braz Sarubo, Suplente de Vereador e Presidente da Associação de Pais e Mestres.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no intuito da designação de um policial para prestar serviços no Distrito Administrativo de Bela Vista do Piquiri, pertencente a Municipalidade de Campina da Lagoa.

Bela Vista do Piquiri concentra, atualmente, um expressivo número de pessoas, cujas atividades, em sua maioria, relacionam-se à agricultura e pecuária, existindo também um bom comércio.

Esta mesma população tem se sentido insegura, tendo em vista que no referido Distrito Administrativo, a mesma não pode contar com a presença efetiva dos agentes de segurança.

Neste sentido, objetivando dar maior segurança e tranquilidade àquele povo trabalhador, o presente requerimento visa que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública determine o destacamento de um policial

para Bela Vista do Piquiri.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando o envio de vários medicamentos para o Hospital Beneficente de Janiópolis.

Torna-se perfeitamente dispensável realizar qualquer comentário ou avaliação quanto à importância daquele Hospital Beneficente, não apenas com relação a Janiópolis, mas no que diz respeito também à região onde o mesmo está localizado.

Entretanto, justamente por se tratar de uma instituição de caráter beneficente, destina-se a atender a um grande número de pessoas que não apresentam as mínimas condições a nível de recursos. O Hospital, naturalmente, tem de atendê-los, o que acontece, em grande parte, de forma gratuita. A população, assim como a Prefeitura Municipal daquela cidade, tem ajudado muito. Porém, o volume de recursos é altíssimo para manter o Hospital. As dificuldades, deste modo, têm sido constantes. E isto por muitas ocasiões compromete o atendimento.

O motivo do presente requerimento vem de encontro a um apelo já há muito tempo manifestado pelo Excelentíssimo Sr. Neurides Valber Brero. Na qualidade de Prefeito, tem sentido de perto as dificuldades por que passa o Hospital Beneficente. Neste sentido, a Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social deve procurar mecanismos pelos quais possam eliminar as grandes dificuldades existentes nos dias de hoje, e mais do que isto, ampliar o atendimento a uma faixa maior da população. Que imediatamente se firmem convênios, que se enviem, principalmente remédios, assim como a adoção de outras tantas medidas que são viáveis visando dar melhores e maiores condições à referida instituição médico-hospitalar.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente do Banco do Brasil no intuito da realização de estudos apropriados visando a implantação de uma agência da referida instituição financeira na municipalidade de Nova Cantu.

A área total do Município de Nova Cantu é de 555,884 km<sup>2</sup>, onde residem pouco mais de onze mil habitantes. Sua economia, graças ao trabalho incansável e árduo de sua gente, está concentrada nas atividades agrícolas e pastoris, sustentáculos sócio-econômicos da região.

Com tais dados, além do próprio processo desenvolvimentista nos dias de hoje que é verificado, Nova Cantu tem reunido muitas condições para atingir novas etapas, capazes de permitirem um desenvolvimento ainda maior.

Neste sentido, faz-se necessário dotar Nova Cantu de condições que possibilitem estruturá-la para que tenha um progresso ordenado.

No que diz respeito ao setor financeiro, aquele município se ressentia da falta de uma agência do Banco do Brasil. Para tanto, o presente requerimento ora encaminhado, tem por finalidade apoiar iniciativa do Excelentíssimo Sr. Walmick Pereira, Prefeito daquela cidade, no sentido da implantação de uma agência.

Espera-se, portanto, um rápido posicionamento por parte dessa Diretoria e que seja a favor de se implantar o Banco do Brasil em nova Cantu.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a recuperação de várias estradas existentes na municipalidade de Sertãoópolis.

As vias que estão a exigir pronta e imediata recuperação, são as seguintes, abaixo discriminadas:

OH-305 - entre a PR-323 e Bela Vista do Paraíso	16 km;
OH-003 - da Sede à Represa Capivara	05 km;
OH-208 - da PR-323 a OH-104	10 km;
OH-432 - da PH-429 a OH-201	06 km;
OH-205 - da PR-237 a PR-323	08 km.

A iniciativa da presente solicitação é do Excelentíssimo Sr. José Aparecido Rafaeli. Na condição de Prefeito Municipal de Sertãoópolis, o mesmo informa ser de fundamental importância o bom estado daquelas vias, cuja importância se dá notadamente por serem canais de escoamento da produção agrícola.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PR, solicitando a prorrogação, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, da majoração das Taxas cobradas por aquele Órgão.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sra. Catarina Pienegonda, genitora do suplente de Vereador e Líder Comunitário Wilson Pienegonda, falecido tragicamente em acidente automobilístico, ocorrido na Rodovia dos Minérios no último dia 24 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas

Curitiba, quarta, em 26.06.85

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretária da Educação, Professora Gilda Poli, solicitando que o Departamento de Assuntos Universitários realize os estudos cabíveis e busque agilizar a criação da Faculdade de Ensino Superior na cidade de Dois Vizinhos.

Pede ainda que seja enviada cópia do presente expediente ao Prof. Mário Pereira de Araújo, Presidente do Conselho Estadual de Educação na Rua 7 de Setembro, 5.580, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

Dois Vizinhos, município de grande expressão econômica no Sudoeste do Estado, e berço de excepcional produção agropecuária, há muito tempo vem reclamando às autoridades do Setor de Ensino Superior e ao Governo do Estado a criação de uma Escola de Ensino Superior, objetivando, com tal benefício, fixar a juventude que busca sua qualificação profissional no terceiro grau na própria cidade.

Hoje os jovens universitários de Dois Vizinhos são obrigados a percorrer distâncias superiores a 60 km, a fim de freqüentar sua faculdade, que representa desgaste físico, elevados custos, além da constante preocupação dos familiares que vêem seus filhos expostos a viagens diárias.

Somos defensores da ação governamental, uma política de ensino superior voltada para o interior do Estado com escolas devidamente aparelhadas, capazes de tornar o jovem de hoje no adulto de amanhã, devidamente preparado na sua própria comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, representantes da Bancada Estadual do PMDB nesta Casa de Leis, perante os municípios abaixo descritos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Srs. FRANCISCO DORNELLES, Ministro da Fazenda e ANTÔNIO CARLOS BRAGA LEMGRUBER, Presidente do Banco Central do Brasil, enfatizando a necessidade de criação de agências do Banco do Brasil nos seguintes municípios deste Estado:

SANTA FÉ, JURANDA, PRANCHITA, NOVA SANTA ROSA, MISSAL, DIAMANTE DO NORTE, TUPASSI, TRÊS BARRAS DO PARANÁ, PAULO FRONTIN, RENASCENÇA e CURIÚVA.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(aa) NILSO SQUAREZI, CAÍTO QUINTANA, GERNOTE KIRINUS, TADEU FRANÇA, RUBENS BUENO, JOSÉ ANTONIO FONSECA, SABINO CAMPOS, ANTONIO ANNIBELLI, TADEU LÚCIO MACHADO e EDUARDO BAGGIO.

#### JUSTIFICATIVA:

A pujança da agricultura paranaense nos últimos anos, projetou a economia dos municípios de Santa Fé, Juranda, Pranchita, Nova Santa Rosa, Missal, Diamante do Norte, Tupassi, Três Barras do Paraná, Paulo Frontin, Renascença e Curiúva, levando-os a alcançar expressivo desenvolvimento a nível estadual, exigindo a cada dia a ampliação da rede bancária.

Os elevados índices ostentados na exploração comercial, industrial e, em especial na agropecuária, referendam sobremaneira esses municípios para sediarem uma agência bancária do porte do Banco do Brasil.

Estudos técnicos desenvolvidos pela Superintendência do Banco do Brasil do Estado do Paraná, demonstram a viabilidade econômico-financeira desses municípios, credenciando-os de forma relevante a formularem tais reivindicações.

São inquestionáveis os benefícios que, com mais essa agência bancária, advirão aos comerciantes, industriais e sobretudo, aos produtores agropecuários de várias regiões do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde e ao Sr. Secretário da Saúde no Estado do Paraná, expediente solicitando a compra e distribuição de soro anti-oftálmico para os Postos de Saúde do Paraná. O presente requerimento é feito devido à situação de total calamidade pública com que se encontram os trabalhadores RURAIS do nosso Estado, isto porque, já diversos trabalhadores e filhos destes, têm encontrado a morte por falta deste produto.

É de se LAMENTAR.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) JORGE MAIA FILHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, visando estudos sobre a criação de um Órgão, para atender os municípios que integram a Região Metropolitana.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

A proposta para a criação de um órgão específico para atender os inúmeros problemas que passam os municípios que integram a Região Metropolitana, necessário se torna, pois hoje, conta com 1.800 habitantes, e que este número chegará, em 1990, aos 2.500. Devido a morosidade, com que suas dificuldades são resolvidas e, inúmeros são os problemas que aparecem, por isso urgente se torna a criação de uma Secretaria Especial, para a Região Metropolitana, gerando grande insatisfação aos Prefeitos que reclamam a ausência de um órgão com poder de decisão, com dotação orçamentária própria, para receber e encaminhar suas reivindicações, havendo, portanto, uma agilização que somente trará benefícios a toda Região Metropolitana.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado de Segurança e ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, visando estudos sobre melhorias para a Polícia

Militar do Estado do Paraná, bem como um soldo equivalente a dois salários-mínimos para soldados; adicional de 20 por cento, de uma graduação para outra; reajustes que coincidam com a correção do salário-mínimo; respeito e cumprimento da Lei 6414, que se refere ao direito dos militares de receber diárias; quando convocados para prontidão; nos quartéis; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; reformulação do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) a respeito dos direitos dos "praças"; direito à organização de Sindicato Livre; direito de votar e ser votado a cabos e soldados; regulamentação do 13.º Salário; implantação imediata de 25 por cento a título de Auxílio-Moradia; implantação imediata de um acréscimo salarial correspondente a 1/3 do soldo adicional (periculosidade); pagamento em dinheiro das férias não concedidas aos "praças"; validade dos direitos junto ao IPE por um ano após a baixa da PM; pagamento de metade da Licença Especial em dinheiro; pagamento com correção monetária dos vencimentos ou direitos financeiros que tiver para receber do Estado; fornecimento de farda por conta do Estado e escolta e custódia somente através de viaturas e seguras e não em ônibus comuns.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo jurista René Ariel Dotti, na sessão nobre da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, em homenagem ao desembargador Ildelfonso Marques, recentemente falecido, dando ciência da transcrição aos Excelentíssimos Srs. Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, à direção da OAB/PR, à direção da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e ao Professor René Ariel Dotti (discurso publicado na Gazeta do Povo).

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) – Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Francisco Escorsin, inscrito.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Partindo da premissa de que a previdência da saúde pública é responsabilidade do Estado e, conseqüentemente, dos atos dos governantes.

Inconformados e preocupados com a falta de soro anti-ofídico no Brasil e conseqüentemente no Paraná. Lançamos desta tribuna, o nosso apelo, às autoridades responsáveis no sentido de despertar as consciências adormecidas, dos homens que detêm o poder decisório nas mãos, para que agilizem o Butantã, além de criarem novos centros de pesquisa nas universidades brasileiras para a produção do soro anti-ofídico em caráter emergencial.

O médico Veterinário José Luiz Porto, de Apucarana, no dia 19 de junho, fez um apelo à população, propondo como alternativa paliativa de contorno do problema "... cuidado ao transitarem em áreas rurais, terrenos baldios, fundos de quintais e outros lugares propícios ao "habitat"

de animais peçonhentos, uma vez que as instituições de saúde do município e regiões adjacentes estão totalmente desprovidas do soro anti-ofídico ... também solicita aos pecuaristas e proprietários rurais que tenham o soro estocado, façam doações às instituições, tal é a necessidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sabemos que o Brasil já foi o maior exportador de soro anti-ofídico em outros tempos e que nos dias de hoje, devido a imprevidência e negligência da velha República, somados ao descaso da Nova República, não existe mais nem mesmo para o consumo interno. Segundo dados em jornais e revistas, no Brasil morrem mais de cem pessoas por dia pelo grave problema de não existir mais condições de vida para qualquer pessoa que seja picada por espécies de cobras venenosas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma política social previdenciária para suprir e estocar o produto para o consumo interno seja adotada urgentemente, sob pena de vermos nossa população rural e urbana, dizimadas pela negligência e descaso dos governantes.

Porque, embora não esteja prescrita nas diretrizes políticas de Tancredo Neves, está dentro da realidade da Nova República do Governo José Sarney.

Chamamos à responsabilidade do Estado pela vida dos cidadãos.

Deixamos aqui registrado o nosso protesto à negligência criminoso da velha e da Nova República, pelas vidas humildes que, dia-a-dia são ceifadas, daqueles que humildemente, sem protestos confiam e sempre confiaram nos Governantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) – Próximo orador inscrito, Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO – Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Por acreditar que a nossa bancada cumpriu o compromisso assumido perante os artistas e ex-administradores da Fundação Teatro Guaíra, na reunião havida em 29 de maio último, retiramos da pauta para votação, o requerimento que convoca para prestar esclarecimentos perante esta Casa de Leis, o Senhor Secretário da Cultura e Esporte.

Ocorre que não houve a reunião prometida pela bancada, com a presença do Senhor Governador e dos interessados. Ao invés, sobre o caso Teatro Guaíra, calaram-se todos, o que nos parece mais uma tentativa de ludibriar os artistas, até que passe o calor das discussões.

Não há ainda definição para a Superintendência do Teatro Guaíra, e o clima naquela Fundação é de suspense.

Não aceitamos a inércia diante dos atos públicos, fartamente documentados, e dos reclamos da classe artística sobre os arbítrios e a tirania do titular da Pasta da Cultura.

Efetivamente, os atos desordenados do Senhor Secretário, vêm causando a dissolução dos mais importantes núcleos de ação cultural, desestruturando um trabalho que a duras penas se tentava restaurar.

Sabemos que cultura não se governa. Administra-se projetos de ação cultural, porém, a Secretaria da Cultura pretende governar despoticamente, não só a cultura, mas também os artistas.

É inadmissível um Secretário da Cultura que não



Curitiba, quarta, em 26.06.85

consegue conviver com os artistas, e instaurou um regime de terror, com ameaças de exoneração.

As exonerações de Yara Sarmento do cargo de Diretora de Programação, de Oraci Gemba, do cargo de Superintendente da Fundação Teatro Guaíra, e Elisa Martins, da Supervisão do Curso de Teatro, foram os últimos golpes que abalaram drasticamente a cultura do nosso Estado.

Repetimos: a cultura do Paraná está sendo tratada aos bofetões!

Por estes e outros fatos já denunciados perante este Plenário, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja feita a CONVOCAÇÃO do Excelentíssimo Senhor Secretário da Cultura e do Esporte para prestar esclarecimentos, perante esta colenda Casa.

1 - Quais as razões da exoneração de Oraci Gemba de Superintendente da Fundação Teatro Guaíra?

2 - Quais as razões da exoneração de Yara Sarmento da Diretoria Artística da Fundação Teatro Guaíra?

3 - Quais as razões do não cumprimento da política cultural, pela Secretaria da Cultura traçada pelas diretrizes do Governo José Richa?

Sala das Sessões, em 26/06/85

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há determinadas categorias profissionais no Brasil, que recebem reajuste salarial apenas uma vez por ano. Uma boa parte dos trabalhadores brasileiros está tendo o reajuste salarial semestralmente. O índice de aumento do funcionalismo público concedido pelo Governo Federal foi de apenas 89%. A prestação do BNH 246,03%. E o que causa tristeza e repugnância no povo brasileiro, são as medidas afrontosas do Governo da Nova República concedendo reajuste na tarifa de água, de luz, de telefone e até o preço do aço, o Governo Federal estabeleceu aumento mensal. A imprensa está assustando a população brasileira, de que o Governo da Nova República vai aumentar o Imposto de Renda, descontando do assalariado brasileiro que já tem o seu orçamento sacrificado, que já não ganha o suficiente para não perder noite de sono, para não embranquecer o cabelo, para não ir parar no cardiologista ou no neurologista. O trabalhador brasileiro tem que fazer uma ginástica enorme para poder ir se agüentando, sempre esperando pelo aumento que ainda vai chegar ou pelo 13.º salário para poder equilibrar um pouco as suas dívidas e esse mesmo trabalhador que festejou, que vestiu a camisa verde-amarela, que carregou a Bandeira Nacional, que foi à praça pública dar apoio ao PMDB para se implantar a Nova República em nosso País, hoje está revoltado, e com razão, porque se o salário do trabalhador sobe, no máximo, duas vezes por ano, como é que esse Governo que se diz humano, que veio para mudar, mas que na verdade veio para afundar, para arrasar com a economia do nosso trabalhador, esse novo Governo, comandado pelo PMDB, através de José Sarney, o seu Presidente maior, estabeleceu esses aumentos desumanos, anti-povo, antipático, na conta da água, da luz, do telefone e de outros serviços públicos.

Quem vai ao supermercado também está vendo que apesar da propaganda mentirosa do Governo de que a inflação está na faixa dos 8 por cento, cada vez que um

pai de família vai a um supermercado, ele encontra um preço novo no produto que ele vai levar para casa.

Por isso, Senhor Presidente, o nosso protesto, o nosso repúdio a essas medidas contra o povo, que o Governo vem tomando e o desejo de que o PMDB se manifeste, porque, afinal de contas, agora é o PMDB no Governo da Nova República, e é esse o Governo mais contra o povo, o maior inimigo do trabalhador brasileiro, esse Governo da Nova República que tem muita propaganda, tem muita mentira, tem muita fantasia e nada de prático, nada de objetivo. Apenas medidas que estão prejudicando e empobrecendo a nossa população brasileira.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Com a palavra o orador inscrito, Deputado Márcio Almeida.

O SR. MARCIO ALMEIDA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Comunicamos, nesta tarde, a iniciativa de submeter à consideração da Mesa Executiva da Assembleia, o Projeto de Emenda à Constituição do Estado, que dispõe sobre a eleição em dois turnos, para Governador, Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito dos municípios do Paraná, adaptando, desta forma, à Constituição do Estado a Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985.

As democracias modernas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, já consagraram o princípio da maioria absoluta para eleição de cargos executivos como o que mais confere legitimidade e representatividade ao eleito.

A Nova República adotou tal princípio para eleição de Presidente da República, razão pela qual entende-se que cabe aos Estados estender as eleições para Governadores e Prefeitos com seus respectivos Vices. É importante salientar também, que a eleição em dois turnos fortalece decisivamente o verdadeiro pluripartidarismo, na medida em que possibilita a todos os partidos participar do processo eleitoral em igualdade de condições.

Anexamos a justificativa da emenda, que ora submetemos à apreciação dos integrantes desta Casa, com Parecer do eminente constitucionalista Celso Ribeiro Bastos, cujos trechos principais passamos a registrar.

O melhor entendimento não pode ser outro, senão de que na hora atual, por força do disposto na Constituição Federal, acerca da modalidade de eleição do Presidente da República encontram-se alteradas as formas de recrutamento do Chefe do Executivo tanto estadual como municipal.

As Constituições dos Estados e as Leis Orgânicas dos Municípios, devem tão somente proceder as alterações necessárias para adequar-se ao texto federal. Trata-se, portanto, de um procedimento meramente declaratório e não constitutivo, porque por força da Constituição da República a disciplinação aqui esposada já se encontra em vigor. Com relação mais especificamente aos municípios, também estes haverão de ter seus Prefeitos eleitos por escrutínio em dois turnos; é que os Estados cabe organizar os municípios.

Ao assim proceder, deverão fazer mediante a aplicação dos mesmos princípios a que eles, Estados, estão submetidos.

Assim sendo, continua o parecer do eminente jurista, bastou a alteração do previsto para a União, para que se tenham por alterados os princípios até então aplicados a Estados e municípios.

Nestas condições, implantando o escrutínio em dois turnos para a eleição do Presidente da República, " ipso facto " por dois turnos também deverão ser eleitos os Governadores e os Prefeitos, sem necessidade de nova alteração do texto constitucional da República.

Disto deu demonstração, aliás, recentemente, a própria Câmara dos Deputados, quando através da lei ordinária tentou disciplinar o assunto no que diz respeito à regulamentação das eleições para Prefeitos nas Capitais, a se realizarem no próximo dia 15 de novembro, deste ano. O fato de ter tentado regulamentar por intermédio da lei comum um assunto desta magnitude, revela por si só que na essência a votação dominante já é a de dois escrutínios.

Em conclusão, nada mais resta senão o Tribunal Superior Eleitoral regulamentar o pleito estatuído sobre tudo que fôr necessário para a sua realização.

Em síntese, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este é o Parecer e as justificativas iniciais do ponto de vista programático, político na análise da representatividade maior, da maior legitimidade e da garantia do verdadeiro pluripartidarismo com a eleição em dois turnos para os cargos executivos do País; é a fundamentação que apresentamos à análise dos Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, iniciativa essa, aliás, que é acompanhada por iniciativas semelhantes na Assembléia Legislativa de São Paulo, nas Assembléias Legislativas de Goiás, Minas e Rio de Janeiro.

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Jorge Maia Filho inscrito.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na realidade, podemos notar que tão pouco tempo passou e tão claro ficou de que o Governo do PMDB, intitulando-se o Governo da Nova República que disse em todas as praça públicas e em todos os Órgãos de Comunicação que seria um Governo totalmente voltado para os problemas sociais; está provado, o povo foi enganado pela Nova República e pelos homens do PMDB.

A nossa preocupação nesta tribuna é relatar ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, a situação difícil em que se encontra o povo paranaense quanto a não preocupação de seu Governo para com os problemas sociais. Venho a esta tribuna, não para tirar o brilho do pronunciamento do Deputado Francisco Escorsin, mas sim, reafirmar tudo aquilo que foi dito, em relação aos problemas seríssimos pelos quais o Estado e a Nação estão passando, pelo descaso dos Órgãos governamentais responsáveis pela saúde, porque em nosso Paraná em todos os postos de saúde se os percorrermos hoje, não poderemos constatar um só frasco, uma só ampola de Soro Antiofídico.

Venho revoltado a esta tribuna, porque na minha região nada menos que cinco lavradores rurais morreram, por falta de assistência médica e falta da aplicação do Soro Antiofídico.

Sabemos do relaxo do Governo Federal quanto ao Instituto Butantã, em São Paulo, por falta de verbas, para não comprar ovos e ratos para alimentar as serpentes e elas produzirem a geração do veneno, e aplicação nos animais, para a sangria total, fazendo com que o nosso lavrador paranaense, o nosso lavrador brasileiro morra e veja seus filhos morrerem por falta do Soro Antiofídico, sua distribuição, nos postos de saúde.

É lamentável, é horrível a situação da saúde do povo paranaense, nessa faixa. A minha região está em polvorosa!

O povo não sabe o que fazer quando um elemento, um ser seu é picado por uma víbora, e ele não tem o remédio para aplicar nos seus filhos! São cinco casos ocorridos no Vale do Ivaí.

Nós também queremos deixar aqui, em rápidas palavras, infelizmente, devido à falta de tempo, o nosso protesto para com o Governo na área da Previdência Social, onde dois Municípios também do Vale do Ivaí, o Município de Rio Bom e o Município de Grandes Rios estão com suas representações do Fundo Rural deixadas, por falta de designação, e o povo daqueles municípios não tem onde procurar assistência médica, onde procurar a sua aposentadoria.

Não poderíamos também deixar de registrar, em rápidas palavras que, o aumento do BNH é o começo da descida da Nova República que tanto mentiu ao povo brasileiro, e pedir que o Governo, ao invés de pregar uma Reforma Agrária desestruturada, que pregue sim, uma Reforma Agrícola, baixando os juros bancários, dando preços mínimos condizentes ao trabalhador rural, dando-lhe condições para que ele possa trabalhar a terra, para que ele possa vender o seu produto, para que não fique obstruindo estradas brigando por direito e uma reivindicação justa, que eles merecem!

A Nova República está aí cada vez mentindo mais, cada vez levando o povo, dando ao povo atos e atitudes antipolíticas, antipovo! Sabemos muito bem que isto tudo ainda levará o País a uma posição muito difícil levando-o ao perigo até de uma convulsão social, pelos desmandos e o relaxo do Governo Federal para com o povo!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

" Tivemos a oportunidade de assistir, ontem, mais um desastre ecológico na Cidade de Araucária. Cidade, produto de um crescimento desordenado e reflexo do desastre do Modelo Econômico implantado pelo arbítrio. Modelo que privilegiou a instalação de indústrias poluidoras, sem a exigência de instalação de equipamentos que evitassem a poluição. A contaminação proveniente da unidade industrial da PETROBRAS é um exemplo vivo da desconsideração para com a população. Gastou-se milhões de dólares para viabilizar a instalação do complexo industrial e economizou-se às custas da natureza e da saúde da população.

Temos hoje, o maior produto daquela panacéia que é uma cidade poluída, assustada, vilipendiada. Temos hoje, tecnocratas dirigentes que moram longe da poluição e que resistem em adotar métodos anti-poluentes.

No dia de ontem, a descarga de produtos tóxicos no ar da cidade, gerou inúmeros casos de problemas respiratórios e uma verdadeira corrida para fora da cidade, principalmente de mulheres grávidas.

Cubatão é a cidade mais poluída do mundo;

Curitiba, quarta, em 26.06.85

Araucária está a caminho. Junto com o esplendor do aço e do concreto, subsiste a miséria, afome, o subemprego, a poluição, a falta de saúde.

Junto com o lucro nas unidades industriais, subsiste o alto custo de vida, gerado pela necessidade de investimento tanto individuais, quanto governamentais para minimizar os efeitos poluidores.

Ao mesmo tempo que a poluição adoece o meio-ambiente, os instrumentos de contenção por parte dos órgãos responsáveis é lento e ineficaz, dobrando-se fundamentalmente ao aspecto econômico, em detrimento das questões sociais e ecológicas. A luta por boas qualidades de meio-ambiente tem que ser radical; tem que ser profunda, pois, ou se tem um ambiente saudável ou não se tem. De pouco adianta muitas, se o progresso continua. Indústria poluidora tem que ser fechada, até que deixe de poluir. Não será com muitas que o problema será resolvido. Não será com conversa mole também. Está provado que a conversa com os poderosos não resolve. Conversa é apenas uma forma para facilitar a exploração do meio-ambiente pelo criminoso.

Quantas conversas estão catagoladas entre os órgãos fiscalizadores e os poluidores de Araucária? Quantas promessas! Quantas reincidências! O que ocorre para um operário de Araucária se não pagar a conta da luz, ou do telefone? Terá sanção imediata. Alguém tem dúvida? Quando terá o serviço de volta? Quando efetivamente cumprir sua obrigação. Nestas horas, as horas econômicas, o poder público é muito zeloso de sua função.

O que ocorre, no entanto, quando o poder econômico transgride os mínimos parâmetros de dignidade para com a população.

O poder público continua zeloso, somente que novamente contra o cidadão. Isto se deve ao privilégio dado pelas estruturas de poder ao Poder Econômico e ficando claro que não dedica prioridade para o social.

Desta forma, entendemos que luta pela saúde do meio-ambiente deve ser radical. Isto é, indo à raiz do problema. Não admitindo a poluição. Não dando prazo para nada. Fechando indústrias e colocando na cadeia os poluidores.

Isto para que possa o Governo ter discernimento e credibilidade na sua função.

Num País que a grande maioria não tem direito à casa própria, educação, saúde, estão roubando do povo o ar que respira, a água que toma.

A PETROBRAS está roubando, o ar do povo de Araucária. Para roubo existe pena. Pena que deve ser aplicada. E aplicada pelos organismos públicos competentes, porque não tenham dúvidas, no vácuo e na omissão dos órgãos surgirá a mão implacável do povo. Que diga-se está muito mais próxima do que a elite bem instalada imagina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste mês de junho uma comitiva formada por empresários, jornalistas e políticos do Paraná, a convite da Companhia Vale do Rio Doce, dirigiu-se à Serra de

Carajás para analisar, para visitar aquele empreendimento de extração de minério de ferro; o seu sistema de transporte integrado mina-ferrovia-porto de Ponta da Madeira em São Luiz do Maranhão.

Esta comitiva foi convidada também para visitar as instalações da Companhia Vale do Rio Doce no Estado de Minas Gerais, no Quadrilátero Ferrífero, na região da Itabira-Ipatinga, verificando lá também a extração de minério e o sistema integrado de transporte entre a Ferrovia Vitória-Minas, de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce e o Porto de Tubarão em Vitória.

Quero inicialmente cumprimentar o Secretário da Indústria e Comércio, Francisco Simeão, e o Secretário das Finanças, João Elísio Ferraz de Campos, pela iniciativa, tendo dado com esta viagem a oportunidade a que empresários, políticos e jornalistas do Paraná pudessem verificar a importância do transporte hoje, o que hoje, já temos em matéria de transporte no Brasil a maximização dos resultados através desta integração porto-ferrovia e a possibilidade que há, e a necessidade urgente que há da implantação da Ferrovia da Produção, antigamente denominada Ferrovia da Soja no Estado do Paraná.

Quero agradecer também à Companhia Vale do Rio Doce, uma companhia cujo faturamento anual eleva-se a dois bilhões de dólares, e que a sua preocupação com os detalhes no atendimento a esta comitiva demonstra a preocupação com os detalhes técnicos da extração, transporte e exportação de minério.

A Serra de Carajás, Senhor Presidente, de que tanto nós brasileiros nos orgulhamos. A Província Mineral de Carajás, basicamente, é construída de reservas que poderão ser exploradas, durante quatrocentos anos, 18 bilhões de toneladas de ferro, 47 milhões de toneladas de níquel, 1 bilhão de toneladas de cobre, 40 milhões de bauxita, ouro, cassiterita, enfim, na grande Província Mineral de Carajás está sendo iniciada a exploração através da Companhia Vale do Rio Doce, cuja etapa primeira e mais difícil, a construção da Ferrovia Carajás-São Luiz, de 890 Km de extensão foi inaugurada em fevereiro último.

A Companhia Vale do Rio Doce prevê na sua 1.ª etapa uma exploração e exportação de 15 milhões de toneladas de ferro, chegando na 3.ª etapa, em julho de 1987, a 35 milhões de toneladas de exportação de minério de ferro.

Os investimentos feitos pelo Governo Federal, pela Companhia Vale do Rio Doce, para extração do minério, para a ferrovia e no terminal de Ponta da Madeira, em São Luiz, eleva-se a quantia de 2,9 bilhões de dólares, e a exploração de ferro, com a venda de 35 milhões de toneladas por ano, praticamente lucro algum dá, somente viabiliza o pagamento dos investimentos feitos na ferrovia, sobrando para a exploração futura, toda a reserva de manganês, cobre, de níquel, de cassiterita, de bauxita e de ouro, já com o sistema de transporte,

viabilizado através da exportação de ferro.

O faturamento na exportação de 35 milhões de toneladas de ferro por ano lá da Serra de Carajás, que é o que está sendo hoje iniciada a exploração, será de 630 milhões de dólares por ano. É importante frisar-se aqui que para retirar o minério de ferro de Carajás, minério que tem percentagem de ferro de 68 por cento, e que toda a sua exploração é possível fazer sem o uso de explosivo, que barateia evidentemente a exploração do minério de ferro, o custo deste transporte para retirar da selva amazônica, no interior do Pará, na Serra de Carajás, e colocar dentro do navio no Porto, lá em São Luiz do

Maranhão, custa, por tonelada transportada colocada dentro do navio, apenas cinco dólares, 30 mil cruzeiros.

Este número é importante em função do que nós daqui para a frente iremos comparar com os custos que temos no nosso Estado do Paraná, para transporte da produção agrícola, para o transporte dos grãos do Oeste do Paraná, até dentro do navio do Porto de Paranaguá, que fica distante 300 Km. a menos do que o minério de ferro de Carajás.

Após visitarmos Carajás, fomos visitar a Região de Ferro de Minas Gerais. Estivemos em Itabira, onde da mina do Cauê, se explora hoje, se extrai hoje 28 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Apesar de todos estes gigantismos, o que mais nos impressionou na viagem foi a operação da estrada de ferro Vitória-Minas. Enquanto a estrada de ferro Carajás é de bitola larga, bitola com um metro e sessenta, a estrada de ferro Vitória-Minas é de bitola estreita; bitola métrica igual às bitolas existentes na rede ferroviária federal do Paraná.

Mas, enquanto a Rede Ferroviária do Paraná transportou para o Porto de Paranaguá, em 1984, 3 milhões e meio de toneladas de carga, a estrada de ferro Vitória-Minas, no mesmo período de 84, transportou 70 milhões de toneladas de minério de ferro: portanto, vinte vezes mais carga do que transportou a Rede Ferroviária do Paraná.

O Sr. Eduardo Baggio — Permite-me um aparte, Deputado? (Assentimento).

Nós também tivemos o prazer de visitar o Projeto Carajás da Companhia Vale do Rio Doce. Como dizia Vossa Excelência, a respeito da ferrovia Vitória-Minas e quanto a Companhia Vale do Rio Doce nos dava alguns dados, é importante ressaltar que, num custo total de todas as ferrovias existentes no Brasil, a Vale do Rio Doce participou com 5 por cento do total das mesmas. Do total das despesas, teve 5 por cento das mesmas. E transportou 45 por cento de toda a produção gerada por todas as empresas ferroviárias do País.

Portanto, é digna de ser vista esta empresa na maneira com que ela atua no transporte ferroviário. Se com 5 por cento de todos os custos de despesas de todas as ferrovias brasileiras, ela transportou 45 por cento de toda a produção. É digno que uma companhia desta seja respeitada e seja ouvida também, como ela também se colocou à disposição para que esta Estrada de Ferro, a Ferrovia da produção que o Paraná pretende fazer e, ela se colocou à disposição do Governo do Estado para fazer todo o projeto de viabilidade, e creio eu que até ela tenha algum interesse, inclusive, de participar junto conosco desta Ferrovia da Produção, que somente será viável se nós, paranaenses, matogrossenses e paraguaioi viérmos definitivamente aproveitarmos a Estrada de Ferro. A Ferrovia da produção que o Paraná pretende fazer e, ela e colocou à disposição do Governo do Estado para fazer todo o projeto de viabilidade, e creio eu que até ela tenha algum interesse, inclusive, de participar junto conosco desta Ferrovia da Produção, que somente será viável se nós paranaenses, matogrossenses, e paraguaioi viérmos definitivamente aproveitar a Estrada de Ferro. Ela tem um lucro bastante intenso no seu transporte, porque ela a utiliza maciçamente. A Estrada de Ferro que utilizamos aqui no Paraná a Ferrovia Federal é muito explorada e o pouco que se explora ainda em suas deficiências. Portanto, deveríamos seguir o

exemplo daquilo que nós tivemos oportunidade de ver e que seria importante que todos os parlamentares também numa próxima oportunidade visitasse aquele projeto que é digno de ser visto.

O SR. MARIO PEREIRA - Eu agradeço o seu aparte.

Continuando, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A Ferrovia Vitória - Minas que derruba a impressão de que a ferrovia só é viável com bitola larga de 1,44m, 1,60m como a de Carajás, pois ela é de bitola métrica, é a ferrovia como eu disse Deputado Eduardo Baggio, que mais transporta no Brasil, nos seus 530Km de extensão todo ele com bitola métrica de um metro igual do Paraná em via dupla 70 milhões de toneladas.

Esta ferrovia Senhores Deputados é toda ela controlada, o tráfego de Vitória, com os mais modernos equipamentos que tem impedido qualquer descarrilhamento de vagões; que tem diminuído inclusive a necessidade de pessoal substituindo as velhas estações de trem com os guarda-linhas, por centrais de controle eletrônico, todo ele centralizada no CTC, o Controle de Tráfego Centralizado em Vitória.

Mas o que eu quero abordar principalmente neste plenário, Senhores Deputados, é que o que nós vimos em Carajás, em Minas Gerais é a possibilidade de transportar a baixos custos minérios de ferro e que nós pudemos extrapolar este raciocínio para os grãos, o cereal produzido aqui no Paraná.

E aí, passa o Paraná a correr sério risco. A moderna ferrovia Vitória-Minas operada juntamente como Porto de Tubarão pela Companhia Vale do Rio Doce, está sendo estudado a possibilidade do seu comando interligar-se com a Rede Ferroviária Federal que atinge com os seus ramais o Cerrado brasileiro, a Região do Cerrado.

E a região do Cerrado já produz Deputado Gabriel Manoel.

É que eu fiz menção ao seu nome em agradecimento a atenção dispensada ao nosso pronunciamento.

A produção hoje no Oeste do Paraná e no Cerrado, Deputados, já se equipara em produtividade. Hoje já se alcança em terras do cerrado brasileiro a mesma produtividade que se alcança no Oeste do Paraná, nas ricas terras roxas do nosso Estado.

Enquanto para retirar uma tonelada de minérios do interior do Estado do Pará no meio da selva, e colocar dentro do navio, lá em São Luiz do Maranhão, o custo deste transporte é de 30 mil cruzeiros a ...

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRIO PEREIRA - Em seguida, nobre Deputado.

Solicito que o nobre Deputado aguarde eu terminar o meu raciocínio. No Cerrado brasileiro, se produz hoje, com taxas de produtividade equiparadas ao Oeste do Paraná. Para retirar uma tonelada de minério da selva amazônica, através da ferrovia de Carajás, o custo de transporte, desde a selva até dentro do navio, não passa de 30 mil cruzeiros a tonelada, enquanto que nós, no Oeste do Paraná, para retirar uma tonelada de cereal, e colocar dentro do navio, em Paranaguá, a 600 quilômetros em média, de distância, portanto, 300 quilômetros a menos que Carajás, gastamos 130 mil cruzeiros, cem mil cruzeiros a mais. O que significa, que se conseguíssemos transportar o nosso cereal a 30 mil cruzeiros a tonelada, haveria uma remuneração adicional por saca de cereal, ao nosso produtor do Oeste, de 12 mil cruzeiros a mais.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte?

Curitiba, quarta, em 26.06.85

O SR. MÁRIO PEREIRA - Pediria ao Deputado que não insistisse, eu já anotei e vou dar, oportunamente, o aparte, porque, na realidade, acaba perturbando, inclusive, o meu raciocínio.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência mexeu comigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que está com a palavra o Deputado Mário Pereira.

m

O SR. MÁRIO PEREIRA - Se nós conseguíssemos colocar a tonelada de cereal dentro do navio, em Paranaguá, aos mesmos custos que, em Carajás, se coloca o minério de ferro, nós teríamos 12 mil cruzeiros a mais de remuneração por saca. Isto, no momento em que os preços da soja, por exemplo, nesta safra, estão nos patamares mais baixos, estão aviltados, a 50 mil cruzeiros a saca, seria o mesmo que setivesse esse soja produzido no Cerrado, com transporte integrado entre ferrovia e porto, receber o mesmo agricultor, com o mesmo custo de produção, não somente 50 mil cruzeiros, mas 62 mil cruzeiros por saca de cereal . . .

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite, nobre Deputado, a participação . . .

O SR. MÁRIO PEREIRA - O nobre Deputado Gabriel Manoel está sendo impertinente e deselegante, para com quem está ocupando a tribuna. Deputado Gabriel Manoel, eu acho que não o ofendi.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente. (Pela Ordem).

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, solicito que me garanta a palavra, porque o Deputado Gabriel Manoel quer fazer gracinha com quem está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa ficaria encantada se o nobre Deputado Gabriel Manoel aguardasse o orador lhe dar o aparte. Está com a palavra o Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, eu gostaria que anotasse e descontasse os meus 3 minutos perdidos com a interrupção. Eu agradeço a educação do Deputado Gabriel Manoel e o respeito com que se dirige aos colegas que ocupam a tribuna, em homenagem ao Parlamento do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa faz um apelo ao Deputado Gabriel Manoel, para que deixe o orador falar. Está com a palavra o Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Este raciocínio todo demonstra que o Cerrado brasileiro, que já se equipara em produtividade ao Oeste do Paraná, está prestes a viabilizar o seu sistema de transporte, colocando o cereal lá produzido dentro do navio, no Porto de Vitória, a custos muito mais baixos que nós conseguimos no Paraná colocar, dentro do navio em Paranaguá, e isso Senhor Presidente, poderá inviabilizar a agricultura no Paraná, poderá ser desestimulante para o agricultor pagar o preço alto que paga pelas terras do Oeste para produzir o mesmo produto que o cerrado pode

produzir e ser remunerado a preços muito mais baixos que no Cerrado. O potencial de produção do cerrado brasileiro é de cem milhões de toneladas de grãos, e para mim, Senhores Deputados, para a ser uma questão de prioridade, de estratégia para a economia do Paraná, que todos se unam em torno da ferrovia da produção, que hoje já pode, só com o Oeste do Paraná, transportar quatro milhões de toneladas de grãos que lá já se produz; que somada à produção do Paranaguá, à madeira de Mato Grosso, à produção agro-pecuária do Mato Grosso, também, nós poderemos viabilizar, temos tonelagem de carga suficiente para que possa ser implantada essa ferrovia. E para concluir, Senhor Presidente.

O Sr. Rubens Bueno - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRIO PEREIRA - Em seguida. Se a liderança me conceder mais alguns minutos eu concedo aparte.

O Oeste do Paraná que tem 11 por cento do território paranaense, produz anualmente 4 milhões de toneladas de grãos, se nós multiplicarmos por 200 dólares a tonelada nós teremos um faturamento anual de 800 milhões de dólares, enquanto que aquilo que nos orgulha a nós brasileiros, a Serra de Carajás, com investimento de quase três bilhões de cruzeiros, terá um faturamento na sua terceira e última etapa de apenas 630 milhões de dólares. Portanto o homem que desbravou o Oeste do Paraná sem investimentos federais, sozinho, e derrubou a mata, hoje fatura com a sua produção, 170 milhões de dólares a mais, do que a famosa Serra do Carajás na sua última etapa de exploração de ferro, e teve investimento de três milhões de dólares.

Há, portanto, Senhores Deputados, uma dívida da União para com o Paraná, que se nada gastou de investimento em nosso Estado, só o Oeste responde por mais recursos, por mais divisas que a Serra de Carajás. E a ferrovia da produção não consumirá recursos da ordem que consumiu Carajás. E com menos de um bilhão de dólares, com a retificação do traçado da descida da Serra arrumando o traçado entre Guarapuava e Ponta Grossa, e com a ferrovia indo somente até Guaíra, nós teremos menos de um bilhão de dólares, e já temos com a produção 170 bilhões de dólares por ano, mais alta do que a última etapa de Carajás. Portanto o Paraná precisa ousar mais, a classe política, toda, Governo Estadual, empresários precisam se unir, para que seja viabilizada a ferrovia, sob pena de um ciclo da agricultura do Paraná ser coisa, daqui um tempo, coisa do passado, como foi o ciclo da borracha, o ciclo da cana-de-açúcar, e o ciclo de ouro nas Minas Gerais, onde só lá veremos, as ricas mansões no meio à miséria daqueles que já trabalharam na agricultura, e aí poderemos ver, não o êxodo rural que já vimos por uma política errada, agrícola, e sim um grande êxodo rural, ao se substituir a agricultura pela pecuária, ao tirar-se o soja, o milho, o trigo, o feijão do Oeste, e plantar-se o pasto para o gado lá ficar, sem mão-de-obra, pastando e empobrecendo quem mais produz do Oeste paranaense.

Portanto, estrategicamente, Senhores Deputados, a Ferrovia da Produção hoje no Paraná é prioridade, sob pena de colocar em cheque a economia do nosso Estado, que basicamente se sustenta na produção agrícola. Concedo aparte ao Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Deputado Mário Pereira, quero parabenizá-lo por este pronunciamento, que conhece e foi ver "in loco" a situação e dizer que nós precisamos,

aqui no Paraná, efetivamente iniciar um processo de grandes projetos que viabilizem o processo produtivo, principalmente na agricultura. Não há mais condições de suportar o transporte apenas em cima do asfalto, com gastos de petróleo e de caminhões.

Precisamos efetivamente de um processo de transporte moderno, ágil e econômico e sem sombra de dúvida, é a ferrovia a grande saída, a grande saída para dois Estados brasileiros e para um país vizinho. Parabenizo Vossa Excelência e me coloco à disposição para, junto com todo o processo político do Paraná, lutarmos para que esse sonho se torne realidade.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Agradeço o aparte do Deputado

Furiatti, e, antes de conceder o aparte ao Deputado Rubens Bueno, digo que temos certa dificuldade na nossa ferrovia, que é a operação da ferrovia que aqui se mescla com a Rede Ferroviária Federal, que não é dona do Porto, que é dona da ferrovia, e que não é dona, como a Vale do Rio Doce das minas, não é dona da fonte de produção de cereais. Mas nós poderíamos viabilizar uma empresa do Governo Federal, do Governo do Estado, da iniciativa privada, juntando-se com as cooperativas de produção que são donas na produção, gerindo todo esse sistema integrado de transporte: ferrovia desde as fontes de produção às cooperativas, à ferrovia e ao Porto de Paranaguá, viabilizando então este complexo de transporte e nos garantindo a permanência do Estado no setor agrícola.

Concedo aparte com satisfação, ao Senhor Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Mario Pereira, Vossa Excelência traz um assunto oportuno e esta oportunidade realmente mostra que o Paraná precisa recuperar muito o que já deu à União e aqui nada vem sendo reinvestido para benefício dos paranaenses.

Nos últimos dias 18 e 19 de junho, participávamos em Londrina de um Seminário sobre a Bacia do Médio Paraná. Exatamente ali foi levantado esse assunto, que é a construção da Ferrovia da Produção.

É bom lembrar também à Assembléia Legislativa, que a Bancada do PMDB, nesta Casa, já publicou inclusive, um documento de reivindicação sobre essa ferrovia, no ano de 1983, mostrando que a Ferrovia da Soja, como era o nome anteriormente denominado, é agora passa a ser denominado, de ferrovia da produção, de que não deve ser um assunto também só da Bancada do PMDB, mas sim da Assembléia Legislativa e de todo o Estado do Paraná para lutar em prol desta causa que achamos justa e que vai trazer muitos benefícios à agricultura do Paraná, notadamente pelo Paraná ser o Estado que está inserido junto a países como a Argentina e o Paraguai e também ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Portanto, é muito oportuno, principalmente neste momento em que temos um paranaense no Ministério dos Transportes, que precisa evidentemente de sustentação política para trazer esses benefícios que o Paraná reclama.

Curitiba, quarta, em 26.06.85

Parabenizo Vossa Excelência pela oportunidade e pelo brilhante pronunciamento que está fazendo.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Agradeço o Deputado Rubens Bueno pelo aparte e, para encerrar esse - raciocínio -, quero dizer que nós do Paraná temos um prazo ainda que nos deixa alguma margem de tempo que é, termos já no Paraná uma infra-estrutura de armazenagem de cereal que o cerrado brasileiro ainda não tem, toda uma infra-estrutura de industrialização que o Cerrado não tem, mas se nós ficarmos domindo em berço esplêndido, transportando por caminhão enquanto se transporta por ferrovia, por trem o nosso cereal, amanhã ou depois, o Cerrado terá a sua infra-estrutura de armazenagem, e nós aí nos inviabilizaremos.

Concedo aparte ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Cumprimento Vossa Excelência, por ter trazido esse assunto à discussão na Assembléia Legislativa.

Vossa Excelência pretende fazer uma análise séria a respeito do problema de transportes no Paraná. Mas lamento não concordar com a análise que Vossa Excelência faz. As características da economia paranaense são totalmente diferentes da característica da economia que moveu a Vale do Rio Doce a fazer a Ferrovia de Carajás, pois que o que se vê são centenas de vagões de trem permanentemente ocupados a fazer o transporte do minério ao Porto e, conseqüentemente, baratear o custo do transporte, do minério.

A economia paranaense evidentemente é diferente. Temos uma economia agrícola, com polos diversificados de desenvolvimento e realmente, a única forma de o Estado estar presente para viabilizar o transporte do produto primário paranaense, é através de uma grande malha rodoviária.

A Ferrovia da Soja, Vossa Excelência deve saber, Deputado estudioso que é, já teve parecer pela sua inviabilidade técnica procedida pelo BIRDE, quando fez a análise do programa já por volta de 1981. Portanto, não é uma novidade ocorrida neste Governo a tentativa de fazer a Ferrovia da Soja, e não passa, no meu entendimento, de um grande sonho a execução dessa ferrovia da produção.

Concluo, dizendo que, congratulo-me com Vossa Excelência, pelo fato de ter trazido este assunto a discussão da Assembléia Legislativa, vou fazer pronunciamento nas próximas sessões dando o meu posicionamento pessoal a respeito do assunto que Vossa Excelência trata com tanta propriedade nesta Casa.



Curitiba, quarta, em 26.06.85

O SR. MÁRIO PEREIRA - Agradeço o aparte do

Deputado Luiz Alberto, mas quero informar que está se estudando o transporte integrado, em minério de ferro em cereal, inclusive com experiência no Porto de Paranaguá, e para dar uma idéia, nobre Deputado Luiz Alberto, a diferença de frete que existe do cereal transportado por navios de pequena tonelagem, como de trinta, trinta e cinco toneladas, que vêm ao Porto de Paranaguá, porque as compras de cereais são compras menores porque é um material mais nobre, a diferença entre transportar em navios de pequena tonelagem, com navios dos grandes graneleiros, de graneis sólidos, de 150, 200, 220 até 270 toneladas, mil toneladas, só numa viagem do Brasil para o Japão dá por tonelada, diferença de vinte e sete dólares, a diferença de preço de frete.

Portanto, ao integrar a ferrovia Vitória-Minas, com a rede ferroviária no Cerrado, esta é a grande questão, lá apesar de que as características de produção são as mesmas de que aqui, lá se viabiliza a produção e podendo inviabilizar a nossa produção pelo custo do transporte, porque o nosso agricultor que foi inteligente ao fazer a riqueza do Paraná, será inteligente também percebendo que é anti-econômico produzir aqui com os mesmos custos de que no Cerrado e lá ser remunerado com 10% ou 20% a mais em razão do retorno que o transporte integrado poderá lhe possibilitar.

Essa é a questão central, Deputado Luiz Alberto. É por isso, para mim, estrategicamente, prioridade para a manutenção da economia do Paraná baseada na agricultura.

Agradeço Senhor Presidente, e agradeço a Liderança do PMDB por me ter cedido também o horário.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)

Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças. Concedo a palavra à Liderança do PDT. (Declina). Concedo a palavra ao Partido da Frente Liberal. (Declina).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Neste momento o que me traz aqui é apenas um esclarecimento, Senhor Presidente, dos donos da verdade, onde diziam que Ney Braga em Itaipu ganhava dezoito mil dólares mensalmente. A mentira é meridiana.

Após o Ministro Aureliano Chaves ter dito que sobrou um zero na contabilidade dos homens que não sei se são da Nova ou da Velha República. Ao Deputado Mário

Pereira que me interpelou e talvez, por falta de ética parlamentar, eu quisera apartear-lo, cerceado muitas vezes pela ética do Regimento Interno, queríamos nos parabenizar com esse Deputado lúcido, e apenas uma pergunta, com que dinheiro esta Comissão de homens inteligentes foram a Carajás? Carajás, muitas vezes combatida pelos atuais mandantes da Nova República. Hoje, os "louva Deus" que foram lá, Deputado Presidente, Bancada coerente do PMDB, do PFL, do PDS, e do PDT, pasmem, ouvir e ouvimos um Deputado coerente, inteligente, vir fazer apologia à Velha República. Será, Senhores Deputado e imprensa do Paraná, que Carajás nasceu de uma hora pra outra? Os "louva-a-Deus" estão agora sentindo remorso, que nem o que fora uma mordomia visitar aquela ferrovia combatida, que talvez, fosse responsável por uma grande parte da inadimplência da dívida do Brasil para o FMI.

Onde estão os defensores dos homens que estão lá em Carajás sentindo a mágoa da fome, ao vermos uma bela composição servir de exemplo, para um Deputado que se diz que está ao lado do povo. Onde estamos, Deputado Mário Pereira, se Vossa Excelência não foi um dos atacantes da Velha República? Está se redimindo. Porque foram os Ministros, os Secretários deste Governo com as mordomias e com a fome do nosso povo, a fazer apologia hoje, à uma rodovia criticada, um Carajás criticado pelas Bancadas de Vossa Excelência no nível estadual e federal.

Faz-me lembrar, Deputado Mário Pereira, um adágio popular: "Quem te viu e quem te vê." Se uma simples mordomia para uma viagem serve a Vossa Excelência para, de uma hora para outra, bancar o camaleão. Serve para voltar as costas ao seu povo, serve para intergerir, Deputado Mário Pereira, com o Deputado que estava humildemente sentado numa cadeira que o povo lhe outorgou.

Não quisera, Deputado Mário Pereira, me dar o aparte, porque assim são os covardes, assim são os homens que hoje bajulam Carajás, bajularão talvez, amanhã Delfim Neto, Mário Andreazza por terem feito Carajás.

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede neste instante e gostaria, nobre Deputado Gabriel Manoel, dizer que o Senhor Traz uma grande e tranquilizadora notícia a esta Casa hoje. Porque ao afirmar de que o salário do ex-Governador General Ney Braga deixou de ser dezoito mil dólares, passou a ser menos, vem justamente tranquilizar este Deputado que da tribuna dizia de que como Ney Braga "não é chegado a mordomias", seguramente, ele haverá de abdicar às mordomias. E



creio que isso realmente se tornou verdade, por isso estou muito feliz em escutar essa declaração. Tenho certeza, portanto, que a nossa profecia realmente foi cumprida quando estávamos dizendo das mordomias de Itaipu.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente -

Com respeito que tenho por Vossa Excelência - outro Deputado que nos antecedeu continuou falando e extrapolando o horário, agora neste momento, Vossa Excelência corta o som de um humilde Deputado de Frete Liberal, ex-Deputado do PDS.

Continuando.

Ao Deputado ex-primeiro Secretário desta Casa - a quem respeito - se eu estiver mentindo, nobre Deputado, darei minha mão a palmatória, e se Vossas Excelências não coadunam com a verdade, gostaria que fizessem o mesmo, eu gostaria que Vossas Excelências trouxessem a Folha de Pagamento de Ney Braga que, para muita honra do Paraná, é General e, para muita honra nossa, galgou todos os cargos públicos, meu querido Deputado; falar ao vento como falou o Deputado Mário Pereira, elogiar Carajás pelo simples fato de ter ido lá, com a mordomia da Nova República, quem pagou a despesa dessas "mariposas da ilusão" que hoje mudaram completamente o seu ponto de vista? Foi o povo do Paraná, Deputado!

Como é Ney Braga o timoneiro de Itaipu, poderia ser outro, poderia ser um homem indicado por Stroessner, aí, Vossas Excelências, como o "louva-a-Deus" estariam de acordo. Traga-me, Deputado, uma certidão de que estou mentindo, e eu renuncio ao meu mandato. E gostaria que Vossa Excelência fizesse o mesmo.

São 1.800 dólares, não 18.000 dólares como a máfia do PMDB quer incutir na cabeça do povo!

Obrigado, Senhor Presidente.

Agradeço ao Deputado Mário Pereira, por haver feito elogios a Carajás - Carajás de Delfin Neto, Carajás de Mário Andreazza, Carajás que levou o Brasil à inadimplência! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ivan Gubert.

SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Três assuntos trazem-me à tribuna.

O primeiro deles - para lamentar que, ntem, as duas emendas que apresentei à mensagem do Aumento, uma alterando a Lei .051 e outra, alterando a 6.174, não tenham sido aprovadas. Elas realmente iam beneficiar em muito, o funcionalismo público porque elas definiam o que era aumento, explicando e conceituando o

Curitiba, quarta, em 26.06.85

que seria a Remuneração pelo Nível, mais os Adicionais do cargo.

Segundo - para fazer uma reclamação a esta Casa:

Soube, através da Comissão Técnica, que um projeto de lei de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos de n.º 72/85, que estava em discussão, na Comissão de Constituição e Justiça, vai ser colocado na Ordem do Dia de amanhã, sem ainda o Parecer votado, da C.C.J. Realmente, esse projeto, que é de agora de 1985, vai para a Ordem do Dia - em compensação, projetos de 1984 ainda não vão para a Ordem do Dia e já estão em Regime de Urgência, também.

Então eu queria lamentar que isto esteja acontecendo. Vejo méritos, muitos méritos no projeto do Deputado Adhail Sprenger Passos, mas não entendo porque esse apressamento de algumas matérias e de outras, não.

Finalmente - para dizer sobre o Projeto de Lei n.º 69/85, uma Mensagem Governamental que pede autorização para o empréstimo de sessenta e três milhões de dólares, que pela Ordem do Dia se vê, lamentavelmente, uma informação sem Parecer. Eu, como Relator da C.C.J., não poderia deixar passar a oportunidade de dizer que este Projeto teve Parecer, ele teve Parecer, e meu Parecer está nos autos do projeto de lei, e meu Parecer foi favorável, com uma emenda, e, se não foi, lamentavelmente, votado, é porque depois de trinta dias, depois de ouvirmos o Secretário de Finanças que esteve na Comissão de Constituição e Justiça, ele veio através de Regime de Urgência, para esta Plenária. Então ele na realidade teve Parecer e eu gostaria de ler, rapidamente, o meu Parecer: (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mensagem Governamental n.º 95/85, encaminha a esta Assembléia Legislativa projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional a US\$63.600.000 (sessenta e três milhões e seiscentos mil dólares) de forma a complementar a rolagem dos serviços da Dívida Externa do Estado do Paraná - Administração Direta, no exercício de 1985. Examinando-se o teor da Referida Mensagem, verifica-se que na Receita Estadual, prevista para o corrente exercício, em um montante de Cr\$4.371,4 bilhões, inclui uma arrecadação real de Cr\$3.548,5 bilhões, sendo complementada com Cr\$622,9 bilhões que seriam provenientes de operações de crédito.

Do total acima mencionado, para as operações de crédito de Cr\$73,2 bilhões referem-se a operações de crédito internos, Cr\$375,6 bilhões referem-se a

Curitiba, quarta, em 26.06.85

ingressos provenientes de operações já contratadas e os Cr\$374,1 bilhões restantes deverão ser captados através das operações que se pretende autorizar, perfazendo um valor equivalente a US\$63,6 milhões.

É necessário que se observe, porém, um detalhe de grande importância.

Usualmente o Governo do Estado do Paraná, nos pedidos de autorização para contratação de empréstimos e/ou financiamentos em moeda estrangeira, tem proposto, desde o projeto de lei, dispositivo subordinado a fixação de prazos de amortização e carência, bem como de juros, taxas de comissões, aos critérios e normas estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, o que não ocorre na presente mensagem.

Tal dispositivo também constava da Lei 7.534 de 23.11.81, a última solicitação de empréstimos externos não vinculados feita pela administração anterior.

Estranhamente, do primeiro pedido de autorização para obtenção de empréstimos externos não vinculados, feito pela atual administração não constou qualquer dispositivo dessa natureza. E a solicitação acabou transformando-se na Lei 7.813 de 29.12.83, que inovou a prática tradicional que era a de explicitar o enquadramento às normas estabelecidas pelas autoridades monetárias federais.

Visando completar a Mensagem no sentido de aprimorá-la, estou apresentando emenda de Plenário, que tenho certeza, irá somente beneficiar ao executivo estadual.

Quero deixar claro, que já havia apresentado e discutido a emenda que ora proponho, como relatar aos membros da C.C.J. e inclusive com funcionários da Secretaria de Finanças. Lamentavelmente porém, o parecer e a emenda não puderam ser votados pela comissão em função de pedido de regime de urgência que trouxe prematuramente, ao plenário, referida Mensagem.

O dispositivo proposto não fere e nem sequer arranha a autonomia desta unidade da Federação. Visa unicamente restabelecer uma prática que antes de ser tradicional, destina-se à adequação dos empréstimos externos do Estado à política macro de remanejamento da dívida externa.

Nestas condições, para que este Poder Legislativo cumpra suas atribuições de salvaguarda dos interesses da comunidade e para evitar que contratos de tal natureza sejam alvo de desconfiança, ou venham criar mal estar para a Administração Estadual, apresento nesta oportunidade emenda ao projeto, que peço seja aprovada por este Plenário.

A Emenda tem o seguinte teor:

Art. - "Os prazos de amortização e carência, os juros e taxas adicionais e comissões referentes aos empréstimos e

financiamentos a serem tomados, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União."

Parágrafo único - "O pagamento, mesmo que em moeda nacional, de quaisquer comissões legais e outras despesas, somente poderá ser efetuado a representante de banco estrangeiro, autorizado a operar no País e devidamente credenciado, pelo Departamento de Organizações Bancárias - DEORB -, do Banco central do Brasil".

Esta é a emenda que eu apresentei à Mesa e gostaria que fosse apreciada. E novamente deixo aqui o meu lamento, lamento porque, após discussões na Comissão de Constituição e Justiça, após discussões com a Secretaria das Finanças, o nosso Parecer não pode ser votado e veio o projeto de lei à discussão em plenário sem o parecer aprovado da Comissão de Constituição e Justiça.

Era isso, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Esta Presidência quer esclarecer ao nobre Deputado Ivan Gubert que apenas cumpriu disposição regimental do art. 107 que diz especificamente: "tratando de Mensagem do Poder Executivo, objetivando abertura de crédito, será dispensado para proposição, desde que lhe seja dado regime de urgência, o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças."

Então, eu apenas cumpro o dispositivo regimental, nobre Deputado. E com referência aos Projetos n.<sup>os</sup> 11/85 e 72/85, eles se encontram também em regime de urgência, e cabe à Presidência incluí-los na pauta para que venham à Ordem do Dia.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem)

Gostaria de saber porque o Projeto de Lei 261/84 que está em regime desde 23 de outubro de 1984, ainda não está em pauta?

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Porque esta Presidência ainda não recebeu comunicação oficial. Se Vossa Excelência encaminha como comunicação oficial, tomarei a providência de incluí-lo em pauta, se é como Vossa Excelência afirma. Está em Regime de Urgência e tramitou em prazos legais, será normalmente incluído na pauta. Esta Presidência toma esta iniciativa quando comunicada pelos interessados.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente, comuniquei, em Plenário, a falta deste projeto na Ordem do Dia, há trinta dias atrás.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi)

Asseguro a Vossa Excelência que amanhã ele figurará em pauta. Qual o número do projeto?

O SR. IVAN GUBERT - 261/84.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) -

Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor

Presidente, nobres Senhores Deputados. Cada época tem seus tabus. Não só cada época, como cada sociedade, não importando seja ela primitiva, ou altamente civilizada; seja rica ou pobre.

Hoje, aqui no Paraná, e mais especificamente nos círculos governamentais, e até mesmo neste recinto, há uma palavrinha pequena, mas muito preciosa, cuja simples menção faz pessoas contorcerem-se; estremece os alicerces, abala a consciência. Basta que se balbucie, para percorrer um frêmito sobre a espinha de muitos.

A palavra é "DÓLAR".

Mas, como se combate um tabu? É falando sobre ele. Desmistificando-o é discutindo abertamente, sem o mínimo receio.

Quando procuro analisar mais detidamente um projeto como este, que vai dar ao Executivo autorização para contratação de mais 63 milhões e 600 mil dólares para a rolagem da dívida, de forma alguma pretendo com isto obstaculizar a ação do Governo; porque o Governo é exercido por homens do regime PP-PMDB. Eu sou um Deputado da Oposição.

Não se trata disto, é claro. Assim faço pela responsabilidade que me foi conferida como representante do povo neste Legislativo. Assim faço porque todas as decisões, iniciativas e ações do Governo, têm influências decisivas na vida das pessoas, no futuro das pessoas brasileiras do Paraná.

Desde há muito, venho denunciando o perigoso processo de endividamento a que está sendo levado o Estado, e não adianta os Senhores Deputados da Situação entarem, pela necessidade de convalidar todos os atos do Governo, negarem não a vigência, mas a cabal demonstração dos atos.

Os dados estão aí, para qualquer um analisar, esmiuçar, interpretar. E o resultado a que se chega, sempre, é de que a atual situação e a atual administração, em um pouco mais de dois anos duplica a dívida externa do Estado ou para ser mais preciso, eleva em 106%, conforme vou demonstrar com os dados do próprio Governador.

Curitiba, quarta, em 26.06.85

A dívida externa tinha um saldo consolidado da Administração Direta, em 01/01/83, conforme informação oficial da Secretaria das Finanças n.º 210/84, da ordem de 334 bilhões, 500 milhões e 620 dólares. Recursos contratados na administração anterior mais não ingressados, isto é, os recursos do programa PRORURAL, 36 milhões de dólares.

Recursos contratados na atual administração destes faltam ingressar 133 milhões mais a autorização do Diário Oficial, de 17/06/85, junto ao Canover Trust Bank, 10 milhões de dólares e mais a autorização para rolagem que estamos analisando neste projeto que iremos votar em seguida e 63 milhões e 600 mil dólares, mais o saldo em 01/01/86 e computando o saldo da dívida consolidado os recursos contratados da administração anterior e não ingressados os recursos contratados, de 226 milhões e 41 mil dólares totalizando hoje a dívida externa da Administração Direta do Estado do Paraná, computando estes 63 milhões e 600 mil dólares em 670 milhões de dólares redondos.

Portanto, o aumento foi de 334 milhões de dólares ao final da administração do ex-Governador Hosken de Novaes para um total, hoje, de 607 milhões de dólares com aumento equivalente em dólares a 106% de aumento do endividamento externo do Estado do Paraná.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Quer me parecer, no seu raciocínio, que o nobre Deputado está somando a dívida e os empréstimos para rolagem da dívida somando tudo isto como conjunto da dívida realizada pelo Governo, esquecendo que os empréstimos tomados como no caso dos 63 milhões de dólares estão diminuindo, inclusive, a dívida externa do Estado que este ano seriam pagas 86 milhões, o Governo do Estado está pagando 22 e está rolando 63.

Quer me parecer que Vossa Excelência não pode somar os 63 no montante da dívida do Paraná sob pena de aumentá-la sem que isso represente a realidade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Lamento que o raciocínio de Vossa Excelência que se fosse verdadeiro significaria realmente uma diminuição da dívida externa se contrapõe aos números oficiais da Secretaria das Finanças.

Os dados da dívida externa do Paraná, nobre Deputado, eu não os colhi de uma informação oficial ou de um parecer pessoal meu, mas, simplesmente, dos dados trazidos a esta Casa pelo Senhor Secretário de Estado das Finanças.

E mais, as respostas que ele formulou a pedido de informações que fiz neste

Curitiba, quarta, em 26.06.85

Plenário da Assembléia Legislativa. Não consigo entender o raciocínio de Vossa Excelência. Se o Governo está amortizando a dívida, evidentemente que a dívida deveria baixar. E o que nós estamos observando? É que o Governo José Richa eleva a dívida de 334 milhões, que recebeu de todas as administrações passadas, do Governo Jayme Canet Júnior, do Governo Haroldo Leon Peres, do Governo Paulo Pimentel, e do Governo Ney Braga, em mais 106%, elevando o total do endividamento da Administração Direta do Estado do Paraná, para 660 milhões de dólares.

Ora, eu poderia trazer aqui a esta Casa, o total da dívida, da Administração Indireta, para chegar à triste conclusão, de que o nosso Estado do Paraná deve, em dólares mais do que ele consegue arrecadar num ano de orçamento.

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Vossa Excelência está fazendo uma afirmativa de que o Governo José Richa assumiu o Estado com uma dívida de 344 milhões, e, hoje, a dívida da Administração Direta é de 670 milhões.

Eu confesso a Vossa Excelência que estou estupefato com estes dados, porque a informação que disponho é de que a dívida da Administração Direta efetivamente nem eu posso diminuir, e nem Vossa Excelência poderá aumentar, ela existirá seja qual seja, é de 394 milhões de dólares.

Então, eu realmente não posso acreditar que seja essa dívida de 670 milhões, porque a informação que tivemos é de 390 milhões, e, num comparativo com o Governo anterior, sendo 390 milhões, o aumento da dívida está muito aquém do que nos governos passados.

Eu confesso a Vossa Excelência que não posso acreditar nessa dívida. Pode ter ocorrido algum erro na somatória, ou, quem sabe, não admito a verdade suprema da nossa parte.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sei que Vossa Excelência é um Deputado bem intencionado e quer ouvir a resposta. E Vossa Excelência gostaria, como eu, de esclarecer-se a respeito do assunto. Veja bem: eu procurei, nobre Deputado Paulo Furiatti, realmente estudar o assunto e informar-me a respeito do assunto, porque esta informação é uma meia verdade que o Governo do Estado, está transmitindo ao Paraná, e transmitindo, inclusive, pela palavra do Secretário das Finanças a esta Assembléia Legislativa, no depoimento que prestou junto à CCJ.

Pois bem.

Eu vou explicar a Vossa Excelência qual é a diferença. É que o Estado do Paraná, quando fala em 390 milhões de

dólares, como dívida contraída pela atual Administração, ele esquece de somar, nobre Deputado, os ingressos em dólares que estão ocorrendo parceladamente.

Para chegar a esse número que Vossa Excelência ia dar de 390 milhões de dólares, esta é uma maneira escandalosa que o Governo encontrou, de subtrair a verdade à população paranaense. E, quando ele chega à conclusão de que ele tem empréstimos no valor de 390 mil dólares, na atual Administração, ele esquece de computar que o programa, por exemplo, o PRAM, já assinado, contratado, e que foi liberado apenas 3 milhões de dólares, e que faltam, em consequência, serem liberados ainda 48 milhões de dólares, ele não computa isso como dívida, ele computa apenas como compromisso, consequentemente é a forma que o PMDB tem de esconder a realidade dos fatos ao Paraná. Mas, a dívida do Estado do Paraná consolidada, contratada, nobres Deputados, é da ordem de 670 milhões de dólares; posso até errar um milhão de dólares a mais um milhão de dólares a menos, mas se Vossas Excelências somarem todos os dados da dívida contratada do Estado do Paraná, incluindo os 63 milhões, a dívida do Estado vai para 106% a mais, e não apenas os dados irrisórios que alega o Secretário das Finanças do Estado, na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Squarezzi)  
Consulto a Liderança do PMDB se deseja utilizar o seu horário.

O Sr. Caíto Quintana- Por cinco minutos, falará o Deputado Eduardo Baggio, o restante do horário com a Liderança.

O SR. PRESIDENTE- Com a palavra, o Senhor Deputado Eduardo Baggio.

O SR. EDUARDO BAGGIO- Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):  
É de conhecimento de todos nós, que é eminente a construção de mais uma hidrelétrica em solo paranaense. Com este fato, a economia paranaense receberá, em breve, um fluxo significativo de recursos, e são evidentes os efeitos gerados pela implantação de um complexo de tal ordem, que possa melhorar significativamente as receitas dos pequenos Municípios que estão em volta da mesma.

Dentre muitos, podemos citar alguns, como: a) a geração de pelo menos 3.500 empregos diretos, e de aproximadamente 8.000 empregos indiretos, para a execução das obras civis; b) a aquisição de materiais necessários à execução das obras civis, no mercado paranaense; c) a aquisição, também, de empresas

paranaenses, de máquinas, equipamentos e peças de reposição; d) a ampliação da receita tributária estadual, decorrente da circulação de recursos aplicados em mão-de-obra, máquinas, equipamentos e peças de reposição; e) retenção, no Paraná, de grande parcela dos investimentos realizados.

Além destes fatos, supra citados, temos que levar em consideração, os efeitos da política paranista, que o Governo do Paraná tanto tem dado prioridade, e esta, sem dúvida, é uma grande oportunidade para se colocar em prática tal política.

Sabemos que serão aportados recursos da ordem de US\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de dólares), para a realização desta obra; e podemos sentir, desde logo, as repercussões sobre as atividades econômicas de nosso Estado, caso seja atribuído a um consórcio paranaense, a construção da Hidrelétrica de Salto Segredo.

É público e notório que o Estado do Paraná tem tecnologia para a realização de obra de tal vulto, pois, para tanto, contamos com empreiteiras de renome nacional, como: C.R. Almeida, J. Malucelli, Serra Verde, Agreste, Diamantina, Virgílio Castanholi, Socofer, Cotelli, Cesbe, Nato, etc.

O Sr. Odeni Mongruel- Vossa Excelência, me concede um aparte?

O SR. EDUARDO BAGGIO - Pois não, nobre Deputado.

O Sr. Odeni Mongruel- Eu quero me parabenizar com Vossa Excelência, Deputado Eduardo Baggio, e dizer que me incorporo, nesta tarde, nesta tribuna, à sua fala, no sentido de que, se efetivamente for construído a usina de Segredo, que o empresário paranaense receba, nesta ocasião, o devido atendimento. Não é possível que o nosso Estado, tantas vezes apropriado em suas riquezas, nesta ocasião de dificuldades que se luta no plano econômico e social. O Paraná deixe de através do empresariado aqui radicado, do empresariado eminentemente paranaense que não perde as características de grande empresário brasileiro, seja efetivamente contemplado a construção desta obra, caso venha mesmo ser efetivamente construída em território paranaense.

Quero me parabenizar com Vossa Excelência, e quero somar ao seu esforço a minha manifestação no sentido de que o Paraná seja contemplado efetivamente, através da construção deste projeto, e que essa com isso, gerar os reflexos econômicos e sociais tão bem apontados por Vossa Excelência na tarde de hoje.

Curitiba, quarta, em 26.06.85

O SR. EDUARDO BAGGIO - Eu agradeço o vosso aparte, e faço dele parte de meu pronunciamento.

Por estes motivos aqui relacionados é que reivindicamos para o Paraná e para sua gente os benefícios da implantação de um complexo de tal envergadura. Ressaltamos ainda, que nossa proposta, encontra o respaldo em praticamente todas as entidades empresariais e em grande parte de entidade de classe. Representando portanto, grande parte da sociedade civil de nossa época, conforme se comprova nas assinaturas e documentos que estamos encaminhando em anexo. Documento esse assinado por diversos Deputados que se solidarizaram com a nossa proposta que estamos hoje entregando à Mesa Executiva, para que se encaminhe ao Senhor Governador José Richa, proposta não só da Bancada do PMDB mas de toda Assembléia Legislativa, que representa todo o povo do Paraná, para que ele seja um povo mais forte, um povo mais unido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE- (Nilso Sguarezi)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Economia, na verdade, uma ciência que nos traz grandes revelações, a economia é uma ciência que merece debates nesta Casa. E por isso nós gostamos quando os assuntos aqui se levantam para podermos dissecá-los em favor do entendimento pleno do Estado do Paraná, dos paranaenses que são os homens, que trabalhando, geram os recursos e investimentos neste Estado.

Queria eu, Senhor Presidente e Senhores Deputados, justificando o pedido de empréstimos de 63,6 milhões de dólares, a ser votado nesta Casa, dizer que de nós estamos pura e simplesmente, Senhores Parlamentares, rolando uma dívida contraída anteriormente no Estado do Paraná.

Não se queira, Senhor Presidente e Senhores Deputados, dar a coloração de que o Senhor José Richa esteja endividando o Estado do Paraná ao pedir 63 milhões de dólares, porque pelo contrário, o Governo está pagando dívidas do Estado do Paraná. Se não vejamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados:

O total da dívida a ser paga pelo Estado do Paraná, no ano de 1985, atinge o montante de 86,2 milhões de dólares. Dívida contraída anteriormente- 86.2 milhões de dólares, chamo atenção para o número. Contrariando, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que tem sido feito em todos os Estados brasileiros, inclusive com o conselho do ministro de rolar 100% da dívida dos Estados como forma de

Curitiba, quarta, em 26.06.85

ocasionar-lhe sobrevivência e como forma de resposta talvez às próprias pressões dos Estados para uma reforma tributária.

O Governo do Estado do Paraná, para manter o perfil da sua dívida, para não comprometer esse Estado, está pagando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, 22.6 milhões de dólares a dívida de 1985 e está pedindo apenas e simplesmente autorização para contratação de empréstimo de rolagem de 63.6 milhões.

Então não se está endividando o Estado do Paraná. Nós estamos pagando dívida do Estado do Paraná, que seria de 86.2 milhões de dólares, e mantendo essa dívida a termos futuros para 63.2.

Então economia é um assunto importante, interessante, pela quantidade de arestas que permitem a divagação dos homens na análise dos números.

Quando Richa assumiu e isso eu afirmo aqui, a dívida da Administração Direta do Estado do Paraná, era de 344 milhões de dólares. Hoje, a dívida do Estado do Paraná na Administração Direta, é de 394 milhões de dólares.

Incluindo aí, os programas de investimento, atingindo tão somente um acréscimo na dívida do Estado, de 14%. Agora, o que o nobre Líder do PDS colocou em diversos Governos anteriores, Jayme Canet, Paulo Pimentel e outros tantos, mostrando o endividamento, também tem uma realidade, nobre Deputado. Quando o Governo anterior de Ney Braga, assumiu o Governo do Estado do Paraná, a dívida paranaense da Administração Direta, era de 195.1 milhões de dólares e comprometeu-se, em quatro anos, entregando em 344, um aumento de 76% no endividamento direto da Administração do Estado paranaense.

Até o final do ano, por dados da Secretaria da Administração, no estudo do perfil da dívida do nosso Estado, até o final do ano, nós teremos sacado 184.4 milhões de dólares entre rolagens e programas de investimento e teremos pago 194.7 e se Vossa Excelência pergunta donde paga mais, eu diria: paga mais exatamente com os fatos que o Governo Richa tem praticado. De uma dívida de 86.2 que é a dívida do Paraná para o ano de 1985, está sendo amortizado 22.6 milhões de dólares, para rolar pura e simplesmente 63.6 milhões.

Então nobre Deputado, não é endividamento os 63 milhões de dólares. É nisso que eu gostaria de concentrar com Vossa Excelência essa discussão salutar, porque acho de pleno direito nesta Casa, que nós, Parlamentares de todas as nossas trincheiras, levantemos os dados do Paraná, do comprometimento do Paraná, para que a opinião pública paranaense possa ter o pleno conhecimento do desempenho econômico desse Estado e se não se faz mais, se o Governo Richa não paga mais, é

porque nós temos que lembrar o plano social deste Estado, Senhores Deputados. Todos nós aqui nesta Casa, cobramos insistentemente para que o Governo do Estado propicie obras no campo social.

Todos nós aqui ouvimos constantemente dos nobres representantes do povo, no exercício direto do seu mandato e da sua responsabilidade, a cobrança de que o Governo do Estado role a sua dívida e invista no campo social.

Agora recentemente no aumento do funcionalismo público, emendas e mais emendas foram apresentadas, visando contemplar com mais, o aumento do servidor, mas só tem dois parâmetros em economia. Quando tira de um lugar tem que por no outro e para por em alguma parte, tem que tirar de algum outro setor e como o Estado poderia aumentar o funcionalismo, praticar obras de investimento, praticar obras no campo social se gastasse toda a sua economia no pagamento da dívida contraída. Nesse prisma, que eu acredito que está se comportando excelentemente o desempenho econômico do Governo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Vossa Excelência está usando os dados oficiais da Secretaria das Finanças. Pois bem, os dados que Vossa Excelência possui eu os possuo também, e tenho aqui uma relação das operações de crédito da Administração Direta, dívida externa, posição em 30.04.1985.

Como Vossa excelência é um diligente Deputado governista, Vossa Excelência deve possuir em mãos também essa relação. E Vossa Excelência faz um cálculo que não precisa ser economista; é só Vossa Excelência calcular o valor de cada contrato, somá-los, para chegar ao número que eu somei. As informações que a Secretaria das Finanças está fornecendo aos Deputados governistas desta Casa, são com relação aos empréstimos que o Governo já gastou. Mas os empréstimos contratados que estão ingressando parceladamente, como o BIRDE, como o PRAM e outros, estes empréstimos a Secretaria não soma na dívida de 394 milhões de dólares.

E por isto Vossa Excelência chega a este número. Mas o comprometimento real do Estado, os compromissos efetivamente assumidos que o Estado está recebendo ano após ano, mês após mês, somam a 670 milhões de dólares, e conseqüentemente, o aumento da dívida não é cálculo de economista, mas é cálculo de quem conhece aritmética.

É a elevação de trezentos e poucos milhões de dólares que o Governo assumiu em março de 1983, para 670 milhões de dólares que o Governo tem responsabilidade de pagar no Governo José Richa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Luiz

Alberto, em momento algum Vossa Excelência poderá comprovar a matemática de Vossa Excelência na somatória desses dados.

Só se Vossa Excelência está somando 324 milhões, que são compromisso da COPEL, não são do Governo diretamente comprometido, e serão pagos pela própria COPEL. Caso contrário Vossa Excelência está somando rolagem de dívida em contratação de nova dívida.

Mas eu espero que nós voltemos à discussão nesta Casa sobre esse aumento que interessa a sua bancada, interessa a nossa, e interessa aos paranaenses. E se Vossa Excelência conseguir provar esses números, nós estaremos aptos a cobrar de nosso próprio Governo.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, na qualidade de Vice-Líder do Governo e do PMDB, constante do expediente, sugerindo à douta Comissão Executiva seja autorizada a elaboração e publicação da 3ª Edição - Anotada - da Constituição do Estado do Paraná, com todas as Emendas aprovadas até a presente data. À Comissão Executiva, para apreciar.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos para conhecimentos dos Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Márcio Albuquerque e José Antônio Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. À Diretoria Legislativa.

Curitiba, quarta, em 26.06.85

Requerimento de autoria do Senhor Deputado

Aníbal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 69/85, constante da Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje.

Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação do Projeto de Lei n.º 69/85, constante da Ordem do Dia de hoje, acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 69/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 95/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimo ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira até o equivalente em moeda nacional a 63 milhões e 600 mil dólares dos EE.UU., de forma a complementar os recursos necessários para fins que especifica. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 69/85

Acrescente-se o seguinte artigo, onde couber:

"Art. - Os prazos de amortização e carência, os juros e taxas adicionais e comissões referente aos empréstimos e financiamentos a serem tomados, obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Parágrafo Único - O pagamento, mesmo que em moeda nacional, de quaisquer comissões legais e outras despesas, somente poderá ser efetuado a representante de banco estrangeiro, autorizado a operar no país e devidamente credenciado, pelo Departamento de Organização Bancária - DEORB do Banco Central do Brasil;

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) IVAN GUBERT

Apoio: Péricles Pacheco, Werner Wanderer, Gilberto Carvalho, Trajano Bastos e Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA DE PLENÁRIO:

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A Mensagem Governamental n.º 95/85, encaminha a esta Assembléia Legislativa Projeto de Lei que autoriza ao Poder Executivo contrair empréstimos ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional a US\$ 63.600.000,00 (sessenta e três milhões e seiscentos mil dólares) de forma a complementar a rolagem dos serviços da Dívida Externa do Estado do Paraná - Administração Direta, no exercício de 1985.

Examinando-se o teor da referida Mensagem, verifica-se que na Receita Estadual, prevista para o corrente exercício, em um montante de Cr\$4.371,4 bilhões, inclui uma arrecadação real de Cr\$3.548,5 bilhões, sendo complementada com Cr\$822,9 bilhões que seriam provenientes de operações de crédito.

Do total acima mencionado, para as operações de crédito de Cr\$73,2 bilhões referem-se a operações de crédito internos Cr\$375,6 bilhões referem-se a ingressos provenientes de operações já contratadas e Cr\$374,1 bilhões restantes deverão ser captados através das operações que se pretende autorizar, perfazendo um valor, equivalente a US\$63,6 milhões.

É necessário que se observe porém, um detalhe de grande importância.



Usualmente o Governo do Estado do Paraná, nos pedidos de autorização para contratação de empréstimos e/ou financiamentos em moeda estrangeira, tem proposta, desde o projeto de lei, dispositivo subordinado a fixação de prazos de amortização e carência, bem como de juros, taxas e comissões e normas estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, o que não ocorre na presente mensagem.

Tal dispositivo também constava da Lei n.º 7.543 de 23/11/81, a última solicitação de empréstimos externos não vinculados feita pela administração anterior.

Estranhamente, do primeiro pedido de autorização para obtenção de empréstimos externos não vinculados, feito pela atual administração não constou qualquer dispositivo desta natureza. E a solicitação acabou transformando-se na Lei n.º 7.813 de 29/12/83 que inovou a prática tradicional que era a de explicar o enquadramento às normas estabelecidas pelas autoridades monetárias federais.

Visando completar a mensagem no sentido de aprimorá-la, estou apresentando emenda de plenário, que tenho certeza, irá somente beneficiar ao executivo estadual.

Quero deixar claro, que já havia apresentado e discutido a emenda que ora proponho, como relatar aos membros da C.C.J. e inclusive com funcionários da Secretaria de Finanças. Lamentavelmente porém, o parecer e a emenda não puderam ser votados pela comissão em função de pedido de regime de urgência que trouxe prematuramente, ao plenário referida mensagem.

O dispositivo proposto não fere e nem arranha a autonomia desta unidade da Federação. Visa unicamente restabelecer uma prática que antes de ser tradicional, destina-se à adequação dos empréstimos externos do Estado à política macro de remanejamento da dívida externa.

Nestas condições, para que este Poder Legislativo, cumpra suas atribuições de salvaguarda dos interesses da comunidade e para evitar que contratos de tal natureza sejam alvo de desconfiança, ou venham criar mal estar para a Administração Estadual, apresento nesta oportunidade emenda ao projeto, que peço seja aprovada por este Plenário. **Aprovado, o Projeto, artigo por artigo.**

**Emenda – Aprovada.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**3ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Lei n.º 21/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 59/85), que objetiva criar na Secretaria da Educação, dois cargos isolados de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Regional de Educação, símbolo I-C e, ainda, alteração da denominação dos atuais cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional, para Chefe de Núcleo Regional de Educação, mantido o mesmo símbolo de remuneração. Com **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.**, por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado**

**2ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Lei n.º 20/85, de autoria do Deputado FERRARI JUNIOR, que define divisas do Distrito Administrativo de FLORIANO, localizado no Município de Maringá, conforme especifica. Com **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.**, por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

**2ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Lei n.º 60/85, de autoria do Deputado DONATO GULIN, que declara de utilidade pública a “ SOCIEDADE BENEFICENTE GRALHA AZUL ”, com sede nesta Capital. Com **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.**, por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE – (Nilso Sguarezil) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wilson Pienegonda, ocorrido no dia 24 de junho do corrente ano, nesta Capital. – **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hamilton Veríssimo de Oliveira, do Município de Paranavaí. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Natália Macedo Correia, ocorrido no dia 26 de junho do corrente ano, nesta Capital. – **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Doralice Stuber Parpinelli, do Município de Marialva. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wilson Pienegonda, ocorrido no dia 24 de junho do corrente ano. – **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Natalia Macedo Correia, ocorrido no dia 26 de junho do corrente ano, nesta Capital. – **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Luiz Vitorini Marques e Antônio Vitorini Marques, ocorrido no Município de Moreira Sales. – **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Torquato de Souza, ocorrido no Município de Peabiru. – **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com apoio dos Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira e Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Natalia Macedo Correia, ocorrido nesta Capital. – **Em votação.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – (Pela Ordem) Eu quero, em nome da bancada no meu Partido, associar, em nome do nosso Partido e o meu em particular, ao voto de pesar que o Deputado Gilberto Carvalho apresenta pelo passamento da progenitora do Deputado Federal Norton Macedo Correia. Solicito, portanto, que Vossa Excelência faça constar nos anais desta Casa o pesar comum da Bancada do PDS pelo falecimento de tão ilustre dama.

O SR. PRESIDENTE – (Nilso Sguarezi) Esta deferido.

O SR. CAÍTO QUINTANA – (Pela Ordem) Da mesma forma, Senhor Presidente, a Bancada do PMDB se associa ao requerimento do nobre Deputado Gilberto Carvalho demonstrando o seu pesar pelo falecimento da progenitora do Deputado Federal Norton Macedo.

O SR. PRESIDENTE – (Nilson Sguarezi) Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Natalia Macedo Correia, ocorrido nesta Capital. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Pizzatto, ocorrido no dia 25 de junho do corrente ano, no Município de Toledo. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 109/85, que estabelece que os empréstimos em moeda estrangeira, feitos pelo Poder Público, bem como taxas adicionais e comissões, deverão estabelecer as normas adotadas pelas autoridades monetárias federais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações quanto a contratação de empréstimos junto ao Banco Manufactures Hanover Trust Company. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, objetivando reformas e pinturas gerais nas escolas da rede municipal do Município de Araruna. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação de várias estradas do Município de Sertãoópolis. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo apoio ao setor Jovem do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no Município de Boa Esperança. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, objetivando a liberação de verbas para a construção de uma quadra de esportes para a localidade de Silviolândia, no Município de Peabiru. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, para que o mesmo determine ao Departamento dos Serviços de Transporte Comercial, a implantação de

Curitiba, quarta, em 26.06.85

linha de ônibus ligando os Municípios de Ubatã – Nova Aurora – Campina da Lagoa – Curitiba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, objetivando a doação de medicamentos para o Hospital Beneficente de Janiópolis. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a liberação de maior cota de combustível para o Município de Campina da Lagoa. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a construção de novas casas populares no Município de Barbosa Ferraz. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da Matéria publicada pelo jornal “Gazeta do Povo”, na coluna “A vista do meu ponto”, com o título “Fafá, o Hino e Nós”. – Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo jurista Renê Ariel Dotti na sessão da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná. Aprovado. – À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Agricultura e da Previdência e Assistência Social, encarecendo para que o percentual de 2,5 % do FUNRURAL se aplique ao valor líquido e não ao valor bruto das operações realizadas por produtores rurais. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 11.º aniversário de fundação e inauguração de sede própria do jornal “O Diário do Norte do Paraná”. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Presidente da COPEL, encarecendo para que a construção da Usina de Salto Segredo seja realizada por empresas paranaenses. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo para que seja dado início às obras da Rodovia que constitui o Anel Externo de Contorno Norte. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão

Curitiba, quarta, em 26.06.85

anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr.

Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo maior apoio técnico e financeiro através da FUNABEM para a implantação nas demais regiões do Paraná, do Projeto FUTURO, desenvolvido pioneiramente em Londrina. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, pela decisão de descentralizar as atividades do INAMPS. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, objetivando prioridade total nas providências necessárias à assinatura do convênio de Ações Integradas de Saúde, entre INAMPS, SESB e Prefeitura Municipal de Florestópolis. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários de Estado integrantes do Conselho Deliberativo de Pessoal CPD, encarecendo urgência na aprovação do quadro funcional do Instituto de Assistência ao Menor — IAM, bem como da proposta de readequação salarial dos funcionários do mesmo órgão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a aprovação do pedido de instalação, a partir de 86, do ensino de 2º grau na Escola Estadual Érico Veríssimo, no município de Cambé. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Jornal Gazeta do Povo, pelo êxito alcançado pelo 1º Salão de Artista Plástico "Alci Ramalho Filho". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Senhores Ministros da Agricultura e Presidente do Instituto Brasileiro do Café — IBC, encarecendo a majoração do preço mínimo do café a Cr\$ 600.000 a saca de 60 quilos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo informações sobre convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Marumbi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senado Federal e Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, bem como aos Senhores Senadores e Deputados que representam o Paraná em Brasília, encarecendo o impedimento do Senhor Presidente da República. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do BANESTADO — Crédito Imobiliário, por intermédio da Secretaria de Finanças, encarecendo

informações de quantos contratos de financiamentos foram firmados para construções de habitações no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do expediente das entidades representativas da Agricultura, Indústria e Comércio do Paraná, a ele dirigido, contendo apelo para que se mobilizem esforços no sentido de que na construção da Hidrelétrica de Segredo sejam utilizados, ao máximo, os recursos materiais, empresariais e humanos disponíveis no Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Interpartidária, para, representando esta Casa, gestionar junto ao Governo Federal, a redução dos índices do reajuste da prestação dos imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine junto ao Departamento de Assuntos Universitários a criação da Faculdade de Ensino Superior no município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando a construção de um módulo policial na Praça Getúlio Vargas, no município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, objetivando o início dos serviços de conservação da Estrada da Ribeira (BR-476), nos termos de convênio delegatário firmado entre o DNER e o DER do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Segurança Pública e Governador do Estado, objetivando estudos sobre melhorias para a Polícia Militar do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria sob o título "Estrada Vai Mudar o Centro do Paraná", publicada no jornal "Gazeta do Povo". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 30º aniversário do município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência solicita às Lideranças Partidárias que façam a indicação dos Senhores Deputados que comporão a Comissão Interpartidária aprovada há instantes por Proposição do Deputado

Luiz Alberto Oliveira para tratar dos reajustes do Sistema Financeiro de Habitação, composta por cinco membros.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Esconsin, constante do expediente, solicitando a agilização do Instituto Butantã, para a produção e estocagem do soro anti-oftídico, numa política Social Previdenciária voltada para o consumo interno. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando a destinação de uma viatura devidamente equipada para a Delegacia de Polícia do município de Mariluz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Rotary Club de Goioerê, pela eleição e posse do novo Conselho Diretor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a liberação de materiais para a montagem de um laboratório de análises para o Município de Roncador. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Governadoria do Estado, encarecendo a agilização do "Clic Rural" no Município de Mamborê. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de telefones públicos no Município de Mariluz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, objetivando a implantação de uma agência do mesmo no Município de Nova Cantu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, objetivando a liberação de sementes a serem destinadas a pequenos agricultores do Município de Roncador. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento da estrada que serve de ligação entre o Distrito Administrativo de Ourubônia a localidade de Paraíso do Sul, no Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Departamento dos Serviços Transporte Comercial, por intermédio da Secretaria dos Transportes, visando a averiguação dos motivos pelos quais foi suspensa a linha de ônibus que liga o Distrito Administrativo de Arapuã, no Município de Janiópolis, ao Município de Boa Esperança. —

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando autorização para dispor das salas de aula pré-fabricadas que estão desativadas no Colégio Estadual Dom Bosco de 1.º e 2.º Graus, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação de várias estradas do Município de Araruna. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária de Educação, objetivando a liberação de recursos a serem aplicados na realização de reparos gerais nos ônibus destinados ao transporte dos estudantes e professores do Município de Goioerê. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a realização de pintura bem como a construção de um muro na Delegacia de Polícia do Município de Nova Cantu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de uma cozinha junto às dependências da Escola Maria Cândida de Jesus — Ens. de 1.º Grau, no Distrito Administrativo de Paraná D'Oeste, Município de Moreira Sales. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a designação de um policial para prestar serviços no Distrito Administrativo de Bela Vista do Piquiri, Município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a implantação do programa de fluoretação no Município de Sertãozinho. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando o alargamento e demais benfeitorias na estrada que interliga os Municípios de Nova Cantu e Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de materiais esportivos para o Município de Quinta do Sol. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do ITC, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo auxílio no plantio de árvores no perímetro urbano do Distrito Administrativo de Corumbataí do Sul, Município de Barbosa Ferraz. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a iluminação da quadra de esportes na Escola Estadual Urupês — Ens. de 1.º Grau, no Município de Campo Mourão. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, objetivando a implantação de um pelotão da polícia militar no Município de Ubatã. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Governadoria do Estado bem como ao Sr. Secretário das Comunicações, objetivando estudos no sentido de haver reciprocidade de pagamento de energia elétrica com propaganda para emissoras de rádio-difusão do Estado. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, objetivando a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no combate à erosão urbana no Município de Mariluz. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, visando a liberação de verbas para a construção de uma quadra esportiva polivalente para o Colégio Estadual Princesa Isabel no Município de Araruna. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a liberação de recursos para a construção de residência para o Promotor Público na Comarca do Município de Ubatã. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo para que passe a se dominar "Presidente Tancredo Neves", na Escola "31 de Março", localizada no Bairro 31 de Março, no Município de Ponta Grossa. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação e instalação da Comarca do Município de Borrazópolis. — Aprovado. À

Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Saúde e Secretário da Saúde, visando a compra e distribuição de soro anti-oftálmico para os Postos de Saúde do Estado. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, objetivando a prorrogação pelo prazo de 120 dias, da majoração das taxas cobradas por aquele órgão. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica no trecho entre os Municípios de Quedas do Iguaçu e Três Barras. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Comissão de Organização Judiciária e ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação da Comarca de Quedas do Iguaçu, desmembrando a mesma de Laranjeiras do Sul. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados

Eduardo Baggio, Gernote Kirinus, Ferrari Júnior, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que seja atribuído a um consórcio de empresas paranaenses, a tarefa de construir a Hidrelétrica de Salto Segredo, no Sudoeste do Estado. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Paulo Furlatti, constante do expediente, solicitando a publicação em avulso dos discursos pronunciados na Sessão Solene que outorgou o Título de Cidadão Honorário ao Dr. Walter Pecoits. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados

Nilso Squarezi, Gernote Kirinus, Tadeu França e subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central do Brasil, enfatizando a necessidade de criação de agências do Banco do Brasil nos Municípios de Santa Fé, Juranda, Franchita, Nova Santa Rosa, Missal, Diamante do Norte, Tupãssi, Três Barras do Paraná, Paulo Frontin, Renascença e Curitiba. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor

Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, objetivando a criação de um órgão para atender os Municípios que integram a Região Metropolitana. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens

Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, visando a liberação de materiais esportivos para todos os estabelecimentos de ensino do Município de Morsira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens

Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos

Transportes, objetivando seja determinado o desvio da PR-239, no seu trecho que cruza o perímetro urbano do Município de Roncador. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a liberação de tubos a serem utilizados no combate à erosão no Município de Araruna. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa do editorial do jornal "Folha de São Paulo" com título "Vergonha no Congresso". — Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, lido da tribuna, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, para prestar esclarecimentos perante esta Casa de quais as razões da exoneração dos Srs. Superintendente e Diretora Artística da Fundação Teatro Guaíra. — Rejeitado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem) Lamentando que a liderança do Governo e do meu Partido tenham tentado ludibriar os artistas do Paraná, eu requeiro verificação de votação para posterior discussão e votação deste meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Rejeitado o Requerimento.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Rejeitado o pedido de verificação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) — Vossa Excelência mantém o pedido de verificação ou retira?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Mantenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Então a Mesa procederá a verificação de voto.  
(É procedida a verificação de votação)  
4 Srs. Deputados aprovam; 10 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Gostaria de declinar à Mesa, que foi formada uma Comissão Parlamentar Especial para tratar de assuntos de Moínhos Coloniais de Trigo, e a Bancada do PMDB indica o nome dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Mário Pereira e Ferrari Júnior e como Suplente, o Sr. Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) À Secretaria e a Diretoria Legislativa, para anotar.  
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Curitiba, quarta, em 26.06.85

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 20/85, 60/85 e 69/85.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 238/84.

Antes, porém, a Presidência convida os Senhores Deputados para participarem do VIII Forum de Debates sobre o "O Legado de Tancredo Neves e a Nova República", que terá início amanhã, dia 27 de junho, às 9:00 horas, no auditório Deputado Luiz Gabriel Sampaio, e encerramento dia 28, às 10:00 horas, e informa a presença amanhã, nesta Casa, do Senhor Ministro Nelson Ribeiro, de Assuntos Fundiários e Reforma Agrária.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IVAN GUBERT, EM SESSÃO DO DIA 26 DE JUNHO DE 1985.

FAFÁ, O HINO E NÓS

José Wanderley Dias.

Na sua primeira apresentação, não houve quem não se comovesse.

Sem exagero, poderemos dizer que toda a população brasileira chegou às lágrimas de imensa emoção e tristeza.

Fazia dias, semanas que o País todo estava à beira do leito do martírio do presidente Tancredo Neves.

Sua morte cobriu todos os quadrantes de Pátria sofrida com o manto da saudade, de compreensão e de sofrimento.

Foi então que se ouviu, com todos os prodígios da técnica, a apresentação do arranjo, em tom de nênia, do Hino Nacional, soluçado pela voz aveludada, doce, magoada dessa grande cantora e intérprete que é Fafá de Belém.

Tudo conspirava para que a emoção fosse levada ao máximo.

A riqueza da apresentação pela TV em cores.

O hábil jogo de cenas e de sonoplastia. A figura de Fafá, também uma bela mulher.

Fazia tempo, por outro lado, que ela se vinculava à mensagem política pelo mais empolgante dos meios de comunicação social, a TV.

O "Menestrel das Alagoas", escrito e musicado pelo gênio de Milton Nascimento, ganhou foros de canção de protesto e de arrebatamento na voz de Fafá.

Com o Hino, o presépio e o êxtase mesmo chegaram ao máximo.

Tudo belo, tudo esplendoroso, tudo compreensível.

Ela como se fosse para mostrar que a Pátria chorava musicalmente a perda irreparável do Sonhador da Nova República.

Era uma canção de orfandade e também de esperança.

Não se pode censurar aquela interpretação naquele momento.

Nem se poderia esperar maior intérprete.

Para aquela forma, canção, do Hino Nacional.

Do que era compreensível, porém, passou-se ao abuso.

Nenhuma restrição, nenhuma crítica, nenhuma reprovação ao arranjo em si à sua apresentação.

Limitada, porém, à despedida do grandemorto.



Porque, depois, a canção, adaptação do Hino perdeu a majestade.

Passou a ser apresentado em reboativos programas, sem a seriedade, sem a compostura, sem o respeito que se deve a um dos símbolos maiores da Pátria.

O Hino Nacional Brasileiro é sagrado, é litúrgico.

É o animo das batalhas; é o grande elo a unir todos nos momentos cívicos mais altos; é a voz sonora, é a clarinada da Pátria.

Na guerra e na paz. É a maneira de unir gerações e partes da terra.

Não pode ser objeto de depreciação, de competição em programas de calouros.

Daqui a pouco vamos vê-lo gongado pela má apresentação, pela desrespeitosa dublagem de seres de sexo nebuloso.

Não é para isto, evidentemente, que se escreveu, que se sonhou, que se morreu até pelo Hino-símbolo do País.

Não pode ser tratado em termos sequer de demonstração artística.

Quando cantamos o Hino Nacional, somos todos iguais.

Não precisamos ter a voz de Fafá de Belém nem a musicalidade de um incomparável cantor.

O Hino é o mesmo. Na voz do Presidente Sarney, ou nas tentativas balbuciantes da criança que começa a aprender a solfejar, com amor e com entusiasmo.

Guardemos a adaptação melódica do Hino como uma lembrança a mais de momentos angustiosos.

Demos, a ela, o mesmo cuidado que se dá à Grande Fantasia que Gottschalk escreveu para o imperador e que nunca saiu das grandes salas de concerto.

É falso dizer que seria patriótico cantar o Hino num desfile carnavalesco ou num préstito pouco sério de patuscada.

Cesse o abuso. Para que o Hino Nacional continue no pedestal de honra que lhe cabe, como símbolo da Terra e do Povo.

Senão, virará um virundum qualquer, passando a ser objeto de despreço, quando só pode ser cantado com a alma de pé e o coração voltado para o alto.

O Hino é o Brasil, não pode, portanto, ter outra destinação senão a de ser o que é: a voz e o canto maior da Terra em que nascemos e que um dia guardará nossos despojos...

O último livro de Wanderley Dias encontra-se nas livrarias Curitiba, SVD e Irmãs Paulinas.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS  
ANAIIS DA CASA, FOI APROVADA A  
REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO  
MÁRCIO ALMEIDA, EM SESSÃO DO  
DIA 26 DE JUNHO DE 1985.

#### VERGONHA NO CONGRESSO

Decidindo pela simples advertência por escrito aos deputados acusados de fraudar, votando duplamente, a decisão da Câmara com respeito à regulamentação dos pleitos municipais de 1985, a Mesa da Câmara não fez senão timidamente traçar uma linha tênue entre o conhecimento dos graves fatos que a comprometem como instituição e um conivente assentimento. Uma satisfação apenas formal à opinião pública não anula a pesada suspeita que recobre o Legislativo como um todo, se a mais nada conduzirem as investigações da comissão que deverá apurar o comprometimento dos deputados surpreendidos na votação eletrônica.

A decisão política, entre tanto, não pode depender de morosos e impalpáveis inquéritos; nem se interromper com a repreensão blandiciosa e conciliadora. Uma decisão, e das mais importantes para a democracia, a de se os dois turnos devem ou não ser adotados nas eleições para prefeito, vê-se comprometida. Perde em respeitabilidade; desfaz-se de qualquer significado; anula-se, e com ela, a própria legitimidade de uma representação parlamentar que deve dispensar, com o máximo vigor, o falso zelo daqueles que alegam ter votado a pedido dos ausentes, o argumento cândido de que testavam o aparelho da mesa vizinha e o confucionismo geral das deliberações ilícitas.

O episódio, apesar de sua rasteira circunstancialidade, ultrapassa a estatura dos parlamentares que nele se envolveram; suas consequências para o Legislativo como um todo são das mais sérias. O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, cujas veementes acusações a fraudes eleitorais ocorridas no Nordeste ainda ressoam, compromete-se a cada minuto que tarda em tomar uma atitude drástica quanto à questão. De pouco valem os esforços de vinte anos de luta contra o autoritarismo, de condenações às decisões impostas pelo Executivo, de iniciativas para restituir a deputados e senadores as prerrogativas que, tanto como à população brasileira em seu conjunto, lhe foram arrancadas pelo arbítrio, se, no momento em que o País começa a ver-se entregue a si mesmo, em que enfrenta o desafio de resolver, com a participação de todos, os seus problemas, os que devem representá-lo no cenário político nacional se prestam ao papel vexaminoso de distorcer, em truques de escamoteador de feira, aquilo que, de modo pomposo, mas que reflete esperanças ainda não desfeitas, se denomina vontade dos cidadãos. Não só pela ação imediata de alguns esta se vê afrontada e escarnecida; qualquer recusa em reconsiderar o fato objeto de toda sorte de discussões, resistências e camuflagens -, sob o argumento de que isso traria a suspeição a todos os atos deliberativos do Congresso, consagra a verdadeira auto-anulação da mais elevada instância decisória de um País que se quer democrático.

Auto-anulação prenunciada pelo recurso constante ao voto de liderança, em que questões de máximo interesse aprovam-se com a rapidez do cúmplice piscar de olhos entre as cúpulas partidárias; pela sistemática ausência de quórum, que não só o interesse político em não discutir pontos da pauta ocasiona, mas também a proximidade dos feriados ou dos fins-de-semana, reduzindo a virtual atividade parlamentar a três dias semanais; ou pela submissão a interesses regionais e ilegítimos, como o caso Sulbrasileiro evidenciou. Está em jogo a credibilidade do Congresso, e esta será irremediavelmente comprometida por qualquer medida que não contemple a recolocação em pauta da votação fraudada.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS  
DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO  
DO SENHOR DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA EM  
SESSÃO DO DIA 26 DE JUNHO DE 1985.

Curitiba, 29 de maio de 1985

Senhor Deputado.

A economia paranaense receberá, dentro em breve, o influxo de significativos recursos, tendo em vista a construção da hidrelétrica de Salto Segredo.

São evidentes os efeitos multiplicadores que se estabelecerão em território paranaense, não somente aqueles que defluem da implantação de complexo de tal natureza quanto também os que decorrem de sua operação.



Curitiba, quarta, em 26.06.85

Dentre eles - considerados aqui os efeitos que derivam de sua instalação - podem ser citados: 1) - a geração de 3.500 empregos diretos e de 8.000 empregos indiretos para a execução das obras civis; 2) - a aquisição de materiais necessários à execução das obras civis, dentro de seu mercado natural, que é o Estado do Paraná; 3) - a aquisição, igualmente em território paranaense, das máquinas, equipamentos e peças de reposição; 4) - a ampliação da receita tributária estadual decorrente da circulação dos recursos aplicados em mão-de-obra e no suprimento de materiais, máquinas, equipamentos e peças de reposição; 5) - a retenção, no Paraná, de ponderável valor dos investimentos, de implantação, poderá ser utilizado para reversões dentro de sua própria economia.

Ao conhecimento de que serão aportados oitocentos milhões de dólares (US\$ 800 milhões) para a realização da obra, é possível, desde logo, projetar as repercussões sobre as atividades econômicas de nosso Estado, pressupondo-se a qualificação e a atribuição da tarefa de construí-la a empresa ou a consórcio de empresas paranaenses.

Reivindicar, portanto, para o Paraná e para a sua gente, os benefícios da implantação de um complexo dessa envergadura é dever institucional das entidades empresariais que subscrevem este documento e, nesta razão, dirigem respeitosamente um apelo a Vossa Excelência - na qualidade de representante do povo que aqui trabalha e habita no sentido de que, também do seu empenho, resultem maximizados os seus efeitos em nosso território, na medida em que qualificada, para a execução das obras, empresa ou consórcio de empresas paranaenses.

Eram as considerações e o pleito que se tinham.

A Vossa Excelência desejamos reafirmar, em esta oportunidade, os protestos de elevada admiração e apreço.

Atenciosamente,

PAULO CARNEIRO RIBEIRO  
Presidente da Federação da Agricultura do  
Estado do Paraná

CARLOS ALBERTO P. DE OLIVEIRA  
Presidente da Federação das Associações Comerciais  
do Paraná.

RENÉ GOMES NAPOLI  
Presidente da Federação do Comércio do  
Estado do Paraná.

GEORGE CRISTÓFIS  
Presidente da Federação do Comércio  
Varejista do Estado do Paraná.

ALTAVIR ZANIOLO  
Presidente da Federação das Indústrias

GUNTOLF VAN KAICK  
Presidente da Organização das Cooperativas  
do Paraná - OCEPAR

MATIAS ALENOR MARTINS  
Presidente da Federação dos Trabalhadores  
na Indústria do Estado do Paraná.

APARECIDO DE SOUZA  
Presidente da Federação dos Trabalhadores  
na Indústria da Construção e do  
Mobiliário do Estado do Paraná.

JOSÉ ROQUE DA SILVA

Presidente da Federação dos Trabalhadores no  
Comércio do Estado do Paraná.

EXMO. SR.

Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
CURITIBA - PARANÁ.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA  
FOI APROVADA, A REQUERIMENTO DO SENHOR  
DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO  
DO DIA 26 DE JUNHO DE 1985.

OAB PRESTA HOMENAGEM PARA O  
PROFESSOR ILDEFONSO MARQUES

Na sessão nobre da Ordem dos Advogados  
do Brasil, seção do Paraná, dedicada ao  
professor Ildefonso Marques, o advogado  
René Ariel Dotti pronunciou o seguinte  
discurso:

"Reune-se mais uma vez este Conselho  
da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do  
Paraná, que em tantas oportunidades da  
história política, social, jurídica e  
cultural de nosso grande País, deu  
notáveis demonstrações de independência de  
atitudes e nobreza de propósitos.

Com a chegada de um novo tempo  
político e institucional a que se cunhou  
oportunamente com A Nova República, a  
Ordem dos Advogados desponta como  
entidade do maior relevo quando em recente  
período de nossa história constituiu-se no  
forum de esperança dos valores  
democráticos e na caixa de ressonância dos  
princípios inerentes aos direitos e às  
garantias individuais, na causa da  
liberdade e da justiça.

Neste mesmo local em diferentes  
cenários e variados protagonistas, os  
advogados paranaenses se destacaram  
positivamente em períodos muito graves e  
perturbados da vida nacional quando o  
autoritarismo do regime político e a  
ideologia da força que o sustentava  
pretendiam sacrificar a alma libertária e  
a voz corajosa e indomida dos advogados.  
Dos defensores da causa pública, que se  
mostraram fiéis no patrocínio dos ideais  
generosos ao homem e à sociedade, porém  
rebelde à intolerância, à prepotência e  
ao obscurantismo que pretendiam subjugar o  
Direito e a Justiça ao serviço dos  
poderosos do dia e submeter os valores  
jurídicos a uma nova ordem, como servidão  
de passagem para a violência e o terror.

Neste mesmo local, neste mesmo palco  
onde a contínua representação dos anseios  
da liberdade é o motor de esperanças  
individuais e coletivas, encontros antigos  
e novos companheiros. O calor deste  
momento é irradiado pelos olhos e pelo  
coração dos presentes e pela memória  
daquelles que viajaram antes de nós,  
transportando o seu corpo mas deixando a  
saúde e a lembrança.

Curitiba, quarta, em 26.06.85

A este cenário de imagens que transcendem o cotidiano para se gravarem definitivamente em nossas vidas, comparecem a presença amiga e sensível de Ildefonso Marques.

Os advogados paranaenses, em deliberação unânime, resolveram prestar-lhe sincera e justa homenagem.

Não se trata, porém, da homenagem pela sua jubilação como professor universitário ou pela sua aposentadoria como magistrado na mais alta Corte do Estado. Trata-se do gesto de afeição ao educador, ao juiz, ao advogado, ao procurador, ao cidadão, ao amigo, ao Homem integral que nas mais variadas expressões de sua atividade pública - e também na intimidade de seu lar - sempre viveu e dignificou os valores nobres da alma e exemplificou o traçado de uma vida com as marcas da amizade, da lealdade e da humildade, virtudes que se juntam aos notórios méritos de sua inteligência e de sua cultura, adensada de humanismo feito com simplicidade e amor.

Mais uma vez os advogados se insubordinam contra a extensiva e má aplicação de um texto legal que, em princípio, condena a marginalização funcional e intelectual o servidor público que atinge determinado limite de idade.

Para os advogados, a cultura, a sabedoria, o civismo e a experiência - verdadeiros pontos cardeais ao bom desempenho das funções públicas - não tem idade limitada aos registros cronológicos. São valores permanentes que modelam a sensibilidade e refinam o poder de criação espiritual, além de mostrarem a beleza da existência em tantas pessoas. Como disse Lyn Yutang em sua clássica obra A importância de viver "na juventude, a beleza é um acidente da natureza. Na velhice, é uma obra de arte".

Mas os advogados não se reúnem no dia de hoje para entoar um hino à chamada terceira idade ou para rememorar o famoso tratado de Marco Túlio Cícero quando aludia aos encantos e às vantagens daquela quadra de existência onde as pessoas são qualificadas como idosas. Também não estão aqui os advogados para recitarem sobre a passagem do tempo ou para arquiarem a inconstitucionalidade das leis que, fundadas somente no tempo biológico, abrem possibilidades para se marginalizar a pessoa humana, impedindo a participação de todos os seres capazes e lúcidos na construção de uma sociedade mais humana e mais justa.

A referência à idade não significa, neste momento, a alusão ao tempo que corre pelos números do calendário, porém ao tempo que cimenta a ponte da amizade; ao tempo que é o anelo da afeição; ao tempo que é o mostruário de títulos e das virtudes reveladas ao longo de uma vida.

E esse é o tempo que, como parte

mensurável do movimento, aponta a existência e os fatos do Homem.

Conheci Ildefonso Marques como professor há precisamente trinta anos. Se é certa a reiterada afirmação de que o Direito Penal é o "primeiro amor" do estudante de Direito, também é verdadeiro que em meu caso o encantamento não existiu somente com o objeto da disciplina ou seja, com a aventura do Homem no itinerário do dilema criminal. E foi através de seus lábios, de seus gestos e de sua profunda dedicação às aulas que eu me iniciei nos mistérios do delito e do delinquente. Foi com o penalista Ildefonso Marques que o jovem estudante - entre surpreso e maravilhado - tentava decifrar os enigmas e interpretar a esfinge da alma humana. E assim viajamos pelos mais distantes caminhos e sítios da cultura antiga, moderna e contemporânea. Em seus olhos, em seus dedos e nos movimentos de seu corpo havia luz e calor. Ao carinho devotado aos seus alunos, de diferentes gerações, corresponderam as manifestações de estima que hoje recebe nos mais distintos lugares. Não vingou em relação ao professor Ildefonso Marques o pensamento transcrito por Cícero, de que "os amigos são como as andorinhas: acompanham-nos no verão da prosperidade e voam no inverno das aflições".

Passaram-se os anos e o aluno foi distinguido com o convite profundamente honroso, para ser o assistente do mestre. Devo a Ildefonso Marques o gesto e o empenho de fazer-me professor de Direito. Abrindo-me a oportunidade e o prestígio da docência. Nos quatro concursos públicos a que me submeti - Auxiliar de Ensino, Assistente, Adjunto e Titular - Ildefonso Marques, integrou todas as bancas, presidindo as três últimas. E sempre foi o mesmo mestre que ensina com amor e examina com humildade.

O Advogado Ildefonso Marques sempre se constituiu no profissional sensível e de retilíneo comportamento ético. Cortês para com os Juízes, elegante para com os colegas, humano para com os clientes. A sua atuação no Tribunal do Júri constitui uma das páginas imorredouras na história do Foro. Na defesa eloqüente do acusado, ou na defesa emocionada da vítima, Ildefonso Marques, sempre cativou a tudo e a todos porque mesmo na dramática condição de acusador, o ódio não residia no seu coração e a prepotência não alimentava a sua palavra. Se como falou Sêneca, "Deus habita em todo o homem bom", em Ildefonso Marques existe um Deus luminoso que nos envolve através de sua alegria e de seus gestos de carinho.

"Ride! Ride! Porque o riso é próprio do Homem", disse Rabelais.

A melhor imagem, o mais definitivo

retrato do querido mestre, colega e amigo pode ser esculpido através de suas expressões de humildade e de alegria. E a humildade própria da timidez do saber e a alegria característica de uma alma pura.

Nietzsche afirmou que "só o homem sofre de maneira tão cruciante no mundo que foi obrigado a inventar o riso".

Pois mesmo no exercício da advocacia, em meio às inquietações da defesa da causa e da expectativa do reverendito, Ildefonso Marques nunca degradou a boa e alegre imagem modelada pelo sorriso da afeição, pelo riso da alegria, pela gargalhada de contentamento, compensando, assim, a face oculta de suas tristezas, de suas angústias, de suas desesperanças.

Na palavra e no gesto, em sua voz e em suas mãos, novamente se repete o fenômeno da cátedra, na convivência do distante país da alma e na revolução contra os mitos e os preconceitos. Inocência e culpa, bem e mal, violência e segurança, paixão e emoção e tantas outras situações e estados psíquicos eram intensa e extensamente vividos pelo advogado na exposição da causa, na súplica dirigida aos juízes. Naqueles momentos, a timidez característica de sua personalidade se transformava em corajosa e candente oração através da qual o fato e o direito eram tratados com elegância na forma e maestria de conteúdo.

A atuação de Ildefonso Marques numa causa criminal era sempre uma demonstração viva de sensibilidade e cultura.

O seu notável destaque na tribuna e no exercício da advocacia lhe proporcionou a satisfação de ver o seu nome relacionado por diversas vezes pelo Tribunal de Justiça nas listas tríplices encaminhadas ao governador do Estado, a fim de prover o cargo de desembargador oriundo da classe dos advogados.

No ano de 1979 foi mais uma vez distinguido pela indicação e desta vez nomeado para exercer as relevantes funções da magistratura junto à mais alta Corte Estadual de Justiça.

Este Conselho em memorável sessão dedicou-lhe a homenagem pública devida. E assim o fazia não somente em relação a um integrante da valorosa classe dos advogados, como também a um ex-conselheiro.

Desligou-se, portanto, do exercício da advocacia e das funções de Procurador do Estado em 26 de novembro de 1979. O advogado inscrito sob o n.º 285 teve o seu registro datado de 20 de setembro de 1937.oram, assim, 42 anos de luta ininterrupta, nobre e vigorosa.

Como desembargador, Ildefonso Marques impria rigorosamente a máxima socrática: ouvir cortesmente, responder insatadamente, considerar sobriamente e

decidir imparcialmente".

A judicatura foi o coroamento da carreira do criminalista e o devolveu ao território complexo e multifário da prática judiciária, tão nobre quanto difícil.

Antigo juiz do Termo Judicial de Rebouças e Araucária e magistrado por formação de personalidade, Ildefonso Marques dignificou a Câmara Criminal a que se integrou. Jamais qualquer de seus votos ou pronunciamentos mostrou-se indelicado para com os procuradores das partes ou opressivo para a pessoa do réu. Mesmo lançando o decreto condenatório, como inarredável imposição, o desembargador Ildefonso Marques nunca deixou de mostrar a sua face profundamente humana e de revelar a sua palavra de carinho e tolerância independentemente da gravidade do delito e da necessidade do castigo.

As suas qualificações intelectuais e morais o recomendaram para assumir a relevante função de coordenador de cursos na Escola da Magistratura do Paraná, dignificando o departamento cultural da entidade e revivendo, embora sob outra perspectiva, as emoções da cátedra e o prestígio das funções de direção, experiência a que se dedicara nos anos 60 quando, em dois mandatos sucessivos foi o diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e responsável pela instituição de seu escritório modelo.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 26 DE JUNHO DE 1985.

#### ESTRADA VAI MUDAR O CENTRO DO ESTADO

Uma obra do século. É assim que as pessoas do centrão do Paraná falam da estrada que vai ligar por asfalto os municípios de Reserva, Cândido de Abreu e Manoel Ribas. São 92 quilômetros que cortam uma das regiões mais pobres do Estado, onde a vida de sua gente ainda acontece enfrentando grandes dificuldades. Lá nas "terras dobradas" (regiões cheias de morros) a mortalidade infantil tem números altos e a saúde é assistida de forma precária, com poucos médicos, postos de saúde e hospitais. Quem mora longe das cidades se alimenta muito mal e quase sempre está doente. Quem planta não tem caminhos para vender a safra. Perde tudo nas mãos dos intermediários. A educação foi definida por uma professora "como um ato de heroísmo para quem dá aula e quem estuda". Nos dias de chuva a escola fica vazia.

Por tudo isso a rodovia está sendo aguardada num clima de quem espera um milagre. Os agricultores da região

Curitiba, quarta, em 26.06.85  
 comentam que durante muitos anos esta estrada foi sempre a reivindicação prioritária dos prefeitos. A obra tem um prazo de 18 meses para estar concluída e já na fase de terraplenagem gerou efeitos positivos nos três municípios que ligará por asfalto. Nas cidades, alguns comerciantes fazem novos investimentos em seus negócios, enquanto fazendeiros da área aplicam dinheiro para melhorar suas propriedades.

#### CENTRO DO PARANÁ

Para o secretário dos Transportes, Deni Schwartz, a rodovia Manoel Ribas-Reserva representa também uma mudança na política rodoviária do Estado. Ele situa que durante muito tempo as obras eram feitas apenas para o atendimento de determinados interesses, principalmente políticos, e obviamente na direção dos municípios de maior peso político.

"Não se pensava em objetivos sociais quando se fazia estrada. Hoje propomos obras dentro de uma visão global. Ela não deve servir apenas a um determinado município, porém a toda uma região."

Deni aponta para outro fato. "Agora estamos conquistando o centrão do Paraná. Praticamente já cobrimos de asfalto todo o Estado, atendendo suas principais zonas de produção agrícola e industrial. A estrada Manoel Ribas-Reserva irá diminuir muito o custo dos fretes das áreas onde passará, atenderá praticamente todo o Noroeste do Paraná, encurtando em 40 quilômetros a viagem até Curitiba."

Basicamente, quatro microrregiões serão beneficiadas pela nova rodovia que para o secretário acabará funcionando como um sistema de transportes cortando o Paraná em diagonal, oferecendo múltiplas opções para o alcance da Capital para quem estiver viajando do interior. Pontos distantes como Icaraíma, próximo da fronteira com Mato Grosso do Sul, Paranavaí ou Umuarama, terão convergência pelo Centro do Paraná rumo a Manoel Ribas. O universo das microrregiões 17.<sup>a</sup>, 14.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup>, com a nova rodovia em operação, irá abrir uma gama de alternativas para deslocamentos pelo centro do Estado ou em direção a Curitiba.

#### OS NOVOS PLANOS

Para os habitantes dos três municípios que serão beneficiados pela estrada, a vida também depende muito do regime de chuvas. Próximo de Reserva, a professora Angélica Roman, da Escola Marechal Cândido Rondon, contou que às vezes ficavam semanas sem dar aulas. "Muitos alunos moram a vários quilômetros de distância do colégio. Choveu, eles não encontram caminho para vir estudar."

A escola fica bem próxima da estrada, porém quando esta se transforma em lama

pura, muitas coisas deixam de funcionar, além do transporte de ônibus e os caminhões de cargas. Os postos de saúde também fecham. E já aconteceram casos em que médicos foram atender um paciente e depois de horas em cima de um cavalo, ou uma mulher deu a luz dentro de um automóvel atolado na serra.

E enquanto aguardam a rodovia, as prefeituras de Reserva e Cândido de Abreu preparam projetos que poderão representar uma verdadeira mudança econômica nos municípios. Em Reserva, o prefeito João Batista Bueno está cheio de esperanças com a mina de carvão na área da estrada que vai para Telêmaco Borba. Cândido de Abreu já utiliza de forma precária, uma mina de calcário em Tereza Cristina.

Com a PR-239 pronta, o carvão e o calcário terão condições de exploração comercial. Em Tereza Cristina, área que viveu uma das primeiras experiências de cooperativismo no mundo, na época do Império, a mina de calcário poderá tirar o distrito de sua recessão econômica, segundo comenta o prefeito Olgierde Malanowski, de Cândido de Abreu.

- Nosso calcário tem um poder real de 90% de neutralização, de acordo com os estudos da Mineropar. É portanto um produto comercializável que poderemos aplicar em nossas terras e exportar.

#### VIDA NOVA

Trabalhando em solos muito acidentados que chamam de "quebrados" os agricultores da região da PR-239 pagam muito caro para vender suas safras de feijão, milho, arroz e algodão. Perdem dinheiro nas mãos dos intermediários (atravessadores) que cobram fortunas para transportar os produtos agrícolas da área.

O lavrador Carlos Cshenke observou que em Cândido de Abreu "a gente planta com muita dificuldade nos morros, gasta muito dinheiro com adubo e não tem lucros na venda do feijão ou do arroz. Eu fui dos tempos das tropas, e por aqui só passava mesmo burro ou cavalo. Mas agora acho que o asfalto vai nos dar vida nova."

Em Reserva, a extensionista rural, Joanna de Mello vê a chegada da estrada para o Centro do Paraná "como uma obra que poderá levar saúde, educação e todo um conjunto de mudanças para a vida das pessoas do campo. É uma gente muito sofrida por aqui que nunca conheceu o conforto da vida moderna e os hábitos sadios de higiene. Depois da luz elétrica, o asfalto é a coisa mais importante que aguardamos."

O veterinário João Pereira Neto, da Acarpa, identifica na estrada "um verdadeiro salto de qualidade de vida para os habitantes do Centro do Paraná. Todo um processo de conscientização política e

social terá melhores condições de ser realizado pela gente no interior. Desde uma simples privada instalada numa casa, até as novas relações de trabalho entre o dono da terra e os bóias-frias."

Só quem demonstrou uma certa preocupação pela nova estrada foi o proprietário do serviço da balsa Stella Maris, Jonas Rochas, no rio Ivaí, alguns quilômetros depois de Cândido de Abreu no caminho de Manoel Ribas. Ele ganha cerca

de 500 mil cruzeiros por dia com o transporte de carros e caminhões pelo rio. Quinze mil cruzeiros por veículo leve. Os mais pesados pagam 30 mil. De noite todos os motoristas pagam no mínimo 20 mil cruzeiros para atravessar o rio. Jonas comentou: "Vão fazer uma ponte por aqui. Acho que vou ter de mudar de ramo. Tive um bom negócio, mas acho que a estrada é fundamental para a região."